

ECO - 350

**MICRO-FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO RURAL:
O caso da Cooperativa de Crédito dos Micro-Empresários de
Angónia**

Ana Cristina Garcia Vicente Ossumane

Trabalho de Licenciatura em Economia
Faculdade de Economia
Universidade Eduardo Mondlane
Maputo, Moçambique

Maputo
2008

**MICRO-FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO RURAL:
O caso da Cooperativa de Crédito dos Micro-Empresários de
Angónia**

Ana Cristina Garcia Vicente Ossumane

Supervisora: Dr.^a Isabel Munguambe

Monografia apresentada à Faculdade de
Economia da Universidade Eduardo
Mondlane para obtenção do grau de
Licenciatura em Economia

Maputo

2008

Declaração do Autor

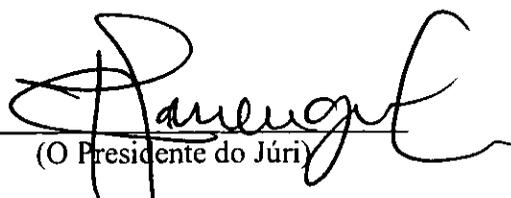
Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha própria investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição educacional.

Maputo, aos 18 de Dezembro de 2008


(Ana Cristina Garcia Vicente Ossumane)

APROVAÇÃO DO JÚRI

Este trabalho foi aprovado com a classificação de Bom correspondente a 16,0 valores no dia 18 de DEZEMBRO de 2008 por nós, membros do Júri da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.


(O Presidente do Júri)


(O Arguente)


(O Supervisor)

Dedicatória

Dedico este trabalho à Carolina Osumane, minha filha, que me deu todas as forças que eu precisava para concluir a minha licenciatura.

Agradecimentos

Foram muitas as pessoas que contribuíram de forma directa e indirecta para a realização deste trabalho. No entanto gostaria de agradecer a algumas, à minha família pelo apoio incondicional, pelo amor, carinho que me deram ao longo dos anos. Obrigada pai, Herminio, mãe, Adelina e irmãs, Edite e Cati.

Agradeço ao Dário Ossumane, meu marido, por toda a paciência, carinho e compreensão nesta caminhada longa e difícil.

À minha supervisora, Dr.^a Isabel Munguambe, pelo acompanhamento, dedicação e orientação dada nesta pesquisa de forma a tornar possível este trabalho.

Ao Eng. António Zaqueu, pelo apoio desinteressado que me concedeu na elaboração deste trabalho.

Aos meus colegas e amigos do curso: Gil Chiboleca, dr. Raimundo Fernando, dr. Hamilton Bila e Dércia Jonhane que muito contribuíram para a minha vida académica.

A todo o corpo docente da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane pelo contributo dado à minha formação académica.

À Cooperativa de Crédito dos Micro Empresários de Angónia, na pessoa do Sr. Virgílio Benjamim, pelo incondicional apoio e disponibilidade que me permitiram a recolha de toda a informação necessária para a realização deste trabalho.

Epigrafe

*“ Dinheiro, diz o provérbio, faz dinheiro.
Quando já temos um pouco,
é de algum modo fácil obter mais.
A grande dificuldade é obter esse pouco ”¹*

¹ Smith, Adam. Wealth of Nations. 1776; reprinted 1983, p. 195

Sumário

O presente trabalho foi elaborado no âmbito da conclusão da Licenciatura em Economia e tem como objectivo estudar a relação existente entre as micro-finanças e o desenvolvimento rural.

Pela necessidade de limitar o campo de estudo, a pesquisa foi desenvolvida na Província de Tete, mais concretamente nos Distritos de Angónia e de Tsangano, com o estudo de caso da Cooperativa de Crédito dos Micro Empresários de Angónia, e como esta tem desenvolvido a sua actividade de forma sustentável.

Este trabalho tem por objectivo analisar as estratégias utilizadas pela Cooperativa de Crédito dos Micro Empresários de Angónia de forma a garantir a sua subsistência e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento rural.

Para o desenvolvimento deste trabalho seguiu-se uma metodologia do tipo pesquisa exploratória, descritiva e estudo de caso. Os instrumentos de recolha de dados foram as entrevistas semi-estruturadas individuais aos diferentes agentes económicos, um questionário realizado aos mutuários da Cooperativa e a análise observacional.

Deste modo, foi possível a identificação das características, do *modus operandi* da Cooperativa, como instituição de micro-finanças e qual tem sido o seu impacto na vida da comunidade onde está inserida.

Como resultados, o estudo identificou as diferentes variáveis que contribuem para a sustentabilidade da Cooperativa e a forma como esta tem vindo a influenciar positivamente os seus mutuários no combate à pobreza e, conseqüentemente, contribuído para o desenvolvimento rural.

Sendo recomendável a Cooperativa o alargamento das suas actividades económicas, tais como a captação de poupança e introdução de novos serviços financeiros.

Lista de Siglas e Abreviaturas

ADIPSA	Apoio as iniciativas privadas no sector agrário
AG	Assembleia-geral
AMODER	Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Rural
BIM	Banco Internacional de Moçambique
CA	Conselho da Administração
CARE	Cooperative for Assistance and Relief Every Where, Internacional
CCMEA	Cooperativa de Crédito dos Micro Empresários de Angónia
CF	Conselho Fiscal
EDR	Estratégia de Desenvolvimento Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FDA	Fundo de Desenvolvimento Agrário
FDC	Fundo de Desenvolvimento Comunitário
FFA	Fundo de Fomento Agrário
GTZ	Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit
IMF	Instituição de Micro Finanças
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Internationale Project Consult
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MLT	Mozambique Leaf Tobacco
ONG	Organizações não Governamentais
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SOCREMO	Sociedade de Crédito de Moçambique

Índice

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Epígrafe	iii
Sumario	iv
Lista de Siglas e Abreviaturas	v
Lista de Tabelas	viii
Lista de Figuras e Gráficos	viii
1. Introdução	1
1.1 Estrutura do Trabalho	2
2. Formulação do Problema de Investigação	4
2.1 Justificação e Relevância do Estudo	4
2.2 Objectivos da pesquisa	5
2.3 Hipóteses de Pesquisa	6
2.4 Abordagem Metodológica	6
2.5 Etapas da pesquisa	6
3. Definição da População e da amostra	8
3.1 Instrumentos de recolha dos dados	8
3.2 Instrumentos de análise dos dados	9
3.3 Procedimento de pesquisa	9
3.4 Limitações do Trabalho de Campo	10
4. Enquadramento Teórico e Conceptual	11
4.1 Desenvolvimento Rural	13
5 Revisão de Literatura	14
5.1 Breve Historial de Micro crédito	17
5.2 Evolução das Micro Finanças em Moçambique	18
5.3 Declínio das ONG Internacionais e Crescimento de Instituições Nacionais	20
5.4 Tendências Demográficas, Mobilidade e Êxodo Rural	21
6. Área de Estudo	25
6.1 Caracterização do Distrito de Angónia	25
6.2 Surgimento da Cooperativa de Crédito dos Micro Empresários de Angónia	27
6.3 Modelo da Cooperativa para a Concessão de Crédito	30
6.4 Sustentabilidade Financeira da Cooperativa	33
6.5 Características e Análise dos Clientes da Cooperativa	35
6.6 Constituição da Carteira de Crédito da Cooperativa	39
6.7 Análise da Evolução da Actividade Económica	40
7. Impacto do Crédito sobre o nível de Bem-estar	43
8. Conclusões e Recomendações	46
8.1 Conclusões	46
8.2 Recomendações	47
Referencia Bibliográfica	50

	Anexos.....	52
Anexo 1	Tabelas Estatísticas.....	52
Anexo 2	Organigrama da Cooperativa de Credito dos Micro empresários de Angónia..	53
Anexo 3	Contrato ou pedido de empréstimo.....	54
Anexo 4	Membros associados da CCMEA.....	56
Anexo 5	Lista de entrevistados e tabelas descritivas adaptadas com base na informação recolhida dos inquéritos realizados no trabalho de campo.....	58
	Apêndices.....	59
Apêndice 1	Tabelas Descritivas.....	59
Apêndice 2	Modelo do questionário.....	63
Apêndice 3	Questionario ao Presidente da CCMEA.....	65
Apêndice 4	Questionário ao Administrador do Distrito de Angónia.....	65

Lista de Tabelas

		pág.
Tabela 1	Evolução da população rural e urbana 1959-2025.....	52
Tabela 2	Trabalhadores Rurais em Actividades Agro-pecuárias por idades, Moçambique 2000-2001.....	52
Tabela 3	Faixa Etária dos inquiridos.....	59
Tabela 4	Sexo dos inquiridos.....	59
Tabela 5	Estado civil.....	59
Tabela 6	Nível de Educação.....	59
Tabela 7	Composição do Agregado Familiar.....	60
Tabela 8	Composição da Carteira de Crédito.....	60
Tabela 9	Realização de Actividade Económica.....	60
Tabela 10	Evolução da Actividade Económica.....	60
Tabela 11	Motivo pelo qual não exerciam Actividade Económica.....	61
Tabela 12	Bens Adquiridos com os proveitos dos Empréstimos.....	61
Tabela 13	Despesas do Agregado Familiar.....	62

Lista de Gráficos e Figura

		pág.
Gráfico 1	Evolução da População Urbana e Rural em Moçambique, 1950- 2025.....	22
Gráfico 2	Trabalhadores Rurais em Actividade Agro-pecuária por idade Moçambique 2000-2001.....	23
Gráfico 3	Relação dos inquiridos divididos por idade e sexo.....	36
Gráfico 4	Estado Civil dos Inquiridos da CCMEA.....	37
Gráfico 5	Nível de escolaridade dos Inquiridos da CCMEA.....	38
Gráfico 6	Composição do Agregado Familiar.....	39
Gráfico 7	Composição da Carteira de credito.....	40
Gráfico 8	Realização de Actividade Económica.....	41
Gráfico 9	Evolução da actividade Económica.....	41
Gráfico 10	Motivo pelo qual não exerciam actividade económica.....	42
Gráfico 11	Bens adquiridos com os proveitos dos Empréstimos.....	44
Gráfico 12	Despesas do Agregado Familiar.....	45
Figura 1	Organigrama da Cooperativa.....	53

1. INTRODUÇÃO

Cerca de 1,2 mil milhões de pessoas no mundo sofrem de grande pobreza e fome e mais de 3 mil milhões vive com menos de 2 USD por dia e não têm acesso aos serviços financeiros (Teyssier, 2007).

O argumento de que as actividades de agricultura, pescas e comercialização agrícola, são de alto risco e os praticantes destas actividades não pagam os seus créditos já foi posto em causa por experiências concretas no Bangladesh, Índia, Indonésia, Paquistão, Bolívia, Honduras, Quênia, e até em Moçambique. A experiência empírica mostra que os pobres socialmente activos necessitam de oportunidades para saírem da pobreza, e o micro crédito pode ser um veículo para o efeito (Teyssier, 2007).

Em Moçambique, já se nota um movimento de Instituições de Micro Finanças (IMF) com tendência para uma orientação às zonas rurais, como é o caso da Care-Upavela (Nampula) e da Kwaeza Simukai (Manica). Atendendo que, por um lado, as IMF devem ser eficientes e almejar atingir o equilíbrio entre as suas despesas e receitas, por outro lado, é ainda notável a fraca capacidade de gestão dos micro créditos por parte dos beneficiários. As IMF continuam a debater-se com vários constrangimentos e ainda não conseguiram atingir os mais pobres que normalmente coincidem com aquelas pessoas que praticam actividades de alto risco.

O combate à pobreza, assente num crescimento económico sustentável e abrangente, constitui a principal finalidade do Governo Moçambicano na actualidade. Esta tarefa está a ser implementada tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais de Moçambique. O papel das micro-finanças é reconhecido como preponderante na luta contra a pobreza e no desenvolvimento rural do país através da disponibilização de recursos financeiros para micro-empresendimentos que contribuem para o auto emprego e geração de rendimentos. Porém, apesar deste reconhecimento, constata-se que existem poucos elementos sobre a dimensão dos seus efeitos.

É neste contexto que surge o presente estudo, que pretende analisar o desempenho da Cooperativa de Crédito dos Micro Empresários de Angónia como instituição de micro finanças e avaliar o seu papel no desenvolvimento rural dos distritos de Angónia e Tsangano.

1.1. Estrutura do Trabalho

No tocante à sua estruturação, o estudo para além da introdução, encontra-se dividido em sete capítulos.

O primeiro capítulo apresenta a formulação do problema da pesquisa, os objectivos do estudo, a razão da escolha do tema, as suas hipóteses, a abordagem metodológica escolhida e as várias etapas da pesquisa.

No segundo capítulo é feita a definição da população e amostra, os instrumentos usados para a recolha e análise dos dados, os procedimentos da pesquisa e por fim as limitações encontradas.

O terceiro capítulo apresenta o Enquadramento Teórico e Conceptual onde são definidos os conceitos principais do trabalho.

No quarto capítulo é feita a Revisão de Literatura.

O quinto capítulo dedica-se à Área de Estudo e nele se faz uma breve caracterização do distrito de Angónia e das suas actividades económicas. É neste capítulo que se aborda o estudo de caso, descrevendo-se com pormenor a estrutura da Cooperativa de Crédito dos Micro Empresários de Angónia, as suas actividades, o modelo usado para a concessão de crédito e a sua sustentabilidade financeira.

No sexto capítulo é feita a análise do Impacto do crédito sobre o nível de bem-estar dos mutuários da Cooperativa.

No sétimo e último capítulo, são apresentadas as conclusões da pesquisa e as recomendações.

2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

A exiguidade de crédito rural é uma preocupação do governo, sendo as micro-finanças um instrumento de apoio ao desenvolvimento rural. Tem existido algumas iniciativas de facilitação do crédito no meio rural mas, na maioria das vezes, sem grande sucesso.

As IMF's existentes no meio rural ainda apresentam constrangimentos de várias ordens, sendo o principal a sua sustentabilidade financeira. No meio rural, elas tendem a concentrarem-se nos locais de maior actividade comercial e de serviços, de forma a garantirem a sua sustentabilidade. Tal procedimento leva à exclusão da classe economicamente mais desfavorecida, nomeadamente, os pequenos agricultores e comerciantes, na abrangência dos produtos oferecidos por estas instituições.

Esta classe também não se identifica com a estrutura das instituições de micro-crédito, quer pelos serviços que estas prestam, pois os produtos financeiros não foram desenhados especificamente para as suas necessidades, quer pela abordagem que é feita ao mutuário.

Face a este cenário, a questão que se coloca é *de que forma as IMF's que operam no meio rural, garantem a sua sustentabilidade financeira e ao mesmo tempo, servem de suporte às classes economicamente desfavorecidas?*

2.1. Justificação e Relevância do Estudo

O crédito rural é uma preocupação antiga e é considerado como sendo um instrumento para o desenvolvimento económico dos países. É nesse contexto que o governo Moçambicano tem dado o seu apoio às instituições de micro-finanças, para diminuir a incidência da pobreza no meio rural, de 54% em 2003 para, se possível, 45% em 2009¹ com o objectivo de fomentar o desenvolvimento rural e desta forma contribuir para o crescimento económico do país.

¹ Ministério da Planificação e Desenvolvimento. *Estratégia de Desenvolvimento Rural*. Moçambique 2007

A maioria dos estudos realizados sobre as instituições de micro finanças é feita no meio urbano, ou então nas zonas rurais mais desenvolvidas, deixando de parte a verdadeira zona rural. As zonas rurais em Moçambique apresentam características muito próprias que por si só limitam a actuação das IMF's tradicionais, que à partida, lutam com a falta de técnicos especializados, ausência de telecomunicações, população-alvo dispersa e com baixa ou nenhuma escolaridade. Todos estes factores e outros não são atractivos para as IMF's, pelo que se torna necessário identificar que tipo de instituições actua no meio rural moçambicano.

Foi nesta óptica que o presente trabalho foi desenvolvido, tendo sido escolhido para estudo de caso uma instituição micro financeira existente que já tenha ultrapassado as dificuldades iniciais e que já trabalha com capitais próprios. Deste modo, espera-se que o trabalho possa contribuir de forma positiva para uma futura reflexão do *modus operandi* das instituições financeiras no meio rural de forma a contribuírem efectivamente nos esforços de combate à pobreza e conseqüente promoção do desenvolvimento rural.

2.2. Objectivos da Pesquisa

Objectivo Geral

Estudar o impacto dos serviços financeiros oferecidos pela Cooperativa de Crédito dos Micro Empresários de Angónia e a forma como esta tem contribuído para o desenvolvimento rural de Angónia mantendo a sustentabilidade financeira da instituição.

Objectivos Específicos

- Identificar o perfil dos clientes (idade, sexo, escolaridade);
- Descrever a carteira de crédito;
- Demonstrar a afectação dos créditos;
- Analisar a sustentabilidade da Cooperativa no meio rural;
- Descrever o impacto da Cooperativa na melhoria de condições de vida dos mutuários.

2.3. Hipóteses da Pesquisa

Para a pergunta de pesquisa apresentam-se as seguintes hipóteses:

- Os produtos financeiros criados garantem a sustentabilidade das IMF e respondem às necessidades dos camponeses.
- A utilização do crédito contribui para o aumento da produção e conseqüentemente do nível de rendimento dos mutuários.

2.4. Abordagem Metodológica

Para a realização do trabalho, utilizou-se como metodologia a pesquisa exploratória e descritiva, do tipo estudo de caso.

Descritiva, pois partiu do conhecimento da realidade e das suas características, aprofundando a descrição do fenómeno observado, e exploratória dada a escassez de estudos realizados sobre casos de micro-finanças e desenvolvimento rural em Moçambique. O estudo de caso apenas buscou identificar o proposto no objectivo geral da pesquisa sem pretender desta forma a generalização dos resultados esperados.

2.5. Etapas da Pesquisa

A pesquisa procedeu em três fases distintas:

1. Estudo exploratório sobre o tema baseado em pesquisas bibliográfica e documental.

Na pesquisa bibliográfica recolheu-se a informação em diversos livros, obras publicadas, legislação, informação estatística e outras que retratam o assunto relacionado com micro finanças e desenvolvimento rural. Enquanto que, na pesquisa documental procedeu-se à análise

de relatórios e documentos não publicados que directa ou indirectamente estão relacionados com o tema do trabalho.

2. Trabalho de campo

O trabalho de campo centrou-se na recolha de dados no terreno, onde se privilegiou a observação, entrevistas semi-estruturadas e questionários, aos diferentes agentes económicos, (nomeadamente; Administração Distrital, Organizações Não Governamentais, Bancos, Empresas e Famílias Camponesas) o que permitiu a recolha de informação que serviu de base para o estudo de caso.

3. Tratamento da informação

Procedeu-se ao tratamento da informação recolhida, de uma forma organizada para uma posterior avaliação, análise e interpretação dos resultados tendo em conta os aspectos teóricos apresentados no estudo.

3. DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO E DA AMOSTRA

O estudo empírico foi realizado na Cooperativa de Crédito dos Micro Empresários de Angónia e seus mutuários sendo estes a base de análise.

Para o efeito, foram entrevistados os mutuários, num total de 40, utilizou-se o critério de amostragem *purpositive sampling*². Este tipo de amostragem permite seleccionar um grupo de pessoas possíveis (universo) de entrevistar, ou seja, aquelas que se julga serem importantes para a pesquisa.

3.1. Instrumento de recolha de dados

As informações obtidas nas fontes bibliográficas sobre o assunto em estudo constituíram a base para a elaboração dos questionários. Neste estudo de caso realizou-se três tipos de abordagens; o método observacional³, a entrevista semi-estruturada⁴ e um questionário de questões fechadas⁵ como instrumentos de colecta de dados. A entrevista semi-estruturada foi usada para dois entrevistados, sendo a primeira para o presidente da Cooperativa e a segunda ao Administrador do Distrito de Angónia.

O questionário é composto por questões relativas ao uso do crédito e como este tem ajudado a melhorar as condições de vida dos mutuários.

² Amostragem intencional ou propositada é aquela em que o pesquisador selecciona propositadamente os casos a incluir na amostra, condicionada pelas necessidades específicas da sua investigação (Cohen, 1989:103).

³ Método observacional -este método consiste na observação da realidade, sem o mínimo de intervenção do pesquisador no campo de estudo.

⁴ Entrevista semi-estruturada é uma técnica de recolha de informação ao interlocutor com base num guião de perguntas semiabertas.

⁵ Questionário de questões fechadas apresenta-se ao respondente um conjunto de alternativas de resposta para que seja escolhida a que melhor representa a sua situação.

Com o método observacional pretendeu-se verificar a forma como os mutuários exercem a sua actividade económica e se as condições de vida estavam de facto a melhorar com o acesso ao crédito da Cooperativa.

3.2. Instrumento de análise de dados

O tratamento estatístico foi relativamente simples por se tratar de variáveis qualitativas apoiadas em dados quantitativos, usou-se o programa SPSS 11.0 *Student Version* para os questionários feitos aos mutuários e as restantes informações foram tratadas de forma qualitativa. Segundo Vergara (2000) é possível tratar os dados de forma qualitativa, codificá-los, estruturá-los ou mesmo analisá-los.

3.3. Procedimentos de pesquisa

Foi feito um contacto prévio com a gerência da Cooperativa indicando-lhes qual era o objectivo do estudo e qual seria a melhor oportunidade para se realizar a visita. Tendo sido confirmado e a aprovado, a realização do estudo com a Cooperativa, marcou-se a visita para os dias 24 a 28 de Setembro de 2008.

Para a realização da pesquisa de campo foi elaborada a listagem de perguntas que serviu de roteiro para a condução das entrevistas a serem feitas na Cooperativa e ao Administrador do Distrito. Foi também elaborado o inquérito a fazer aos mutuários tendo por base os objectivos do estudo. As entrevistas ao gerente da Cooperativa e seus funcionários foram realizadas na sede da mesma, durante o expediente normal de trabalho, tendo-se registado boa vontade e cooperação por parte dos entrevistados. A entrevista ao Administrador do Distrito foi feita no seu gabinete com disponibilidade e cordialidade em responder às questões levantadas.

Os questionários foram respondidos, na sua maioria, nos locais onde os mutuários desempenhavam a sua actividade económica. A receptividade dos entrevistados diante da pesquisa e interacção com

o entrevistador foi positiva. Foram realizados 40 questionários o que representa aproximadamente 16% dos associados, tido como suficiente para se atingir os objectivos da pesquisa.

A etapa seguinte foi a análise e interpretação dos dados recolhidos.

3.4. Limitações do trabalho de campo

O programa das entrevistas foi cumprido como estabelecido apesar das dificuldades encontradas para a realização do mesmo, das quais se destaca:

- Dispersão geográfica dos associados;
- Dificuldades nas vias de acesso para se chegar aos locais onde os associados realizam as suas actividades económicas e;
- Durante a realização dos inquéritos teve-se que recorrer muitas das vezes a um tradutor da língua local o que implicou alguma perda de informação.

4. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Em termos de enquadramento conceptual podemos dizer que a problemática das micro-finanças pode ser abordada em diferentes perspectivas. Para o presente trabalho seleccionamos os seguintes conceitos centrais: Micro crédito, Micro Finanças, Micro Finanças Rurais, cliente tipo das IMF's e Desenvolvimento Rural.

Nos últimos tempos, têm sido cada vez mais frequente a utilização do termo “micro crédito”. Em geral, esse termo é usado de forma bastante genérica, designando qualquer serviço de crédito de baixo valor e/ou destinado à pessoas de baixa renda. O conceito original de micro crédito é mais preciso, e é definido como um crédito de pequeno valor concedido a micro e pequenos empreendimentos (de base individual, familiar, comunitária ou empresarial) para ser utilizado de forma produtiva, na construção, manutenção e desenvolvimento desses empreendimentos (Amaral, 2005).

Além dessas características, o micro crédito diferencia-se do crédito convencional por:

- Não ser operado exclusivamente por instituições financeiras convencionais, mas também por cooperativas, associações, ONGs e outras instituições especializadas em micro crédito e;
- Estar direccionado principalmente a clientes de baixa renda e ter como objectivo último a melhoria das condições sociais e económicas dos beneficiários bem como de suas famílias e comunidades onde se encontram.

O conceito de Micro-finanças incorpora e amplia o conceito de micro-crédito, na medida em que, além do crédito, envolve a oferta de outros produtos financeiros tais como: Poupança e aplicações financeiras, seguros, e outros. Da mesma forma que o micro crédito, esses outros produtos são desenhados de forma a adequar-se às necessidades de empreendedores de baixa renda para actividades de micro e pequeno porte.

O conceito de *Micro-finanças Rurais* compreende instituições formais e informais que fornecem fundamentalmente serviços financeiros, de pequena dimensão, aos mais necessitados das zonas rurais. Assim, as finanças agrícolas constituem uma parte significativa das Finanças Rurais e dedicam-se ao financiamento das actividades relacionadas estritamente com a agricultura, tais como a provisão de insumos agrícolas, produção, distribuição e venda por atacado ou retalho. A principal característica comum aos clientes das micro finanças refere-se às dificuldades de acesso ao crédito bancário convencional. Na maioria dos casos, essas dificuldades relacionam-se com as exigências das instituições financeiras para a concessão de créditos (registro formal dos empreendimentos, apresentação de garantias reais e comprovação de facturando e/ou renda). Além disso, factores como a ausência de informações (e a indisponibilidade de tempo para obtê-las), a falta de documentação básica e o distanciamento sócio-cultural dos bancos em relação a pessoas de baixa renda contribuem para limitar ainda mais o acesso dos micros empreendedores ao sistema financeiro convencional.

Em Moçambique, o nível da procura por crédito pelas camadas mais pobres, é superior a sua respectiva oferta. Esta situação verifica-se pelo facto de existirem restrições económicas que dificultam o acesso ao financiamento bancário tradicional por parte da população de baixo rendimento. O acentuado crescimento do negócio informal, aliado ao surgimento de novas instituições financeiras que têm por objectivo, captar poupanças e fornecer créditos aos micro empreendedores bem como a forte adesão dos pobres aos mecanismos informais de crédito (apesar destes implicarem altas taxas de juros) contribuem para o alargamento do *gap* entre a procura e a oferta de micro créditos.

Nos últimos tempos, a mulher tem tido uma participação crescente na procura por crédito e tem-se notado simultaneamente uma preferência por parte das IMF's em conceder crédito às mulheres em detrimento dos homens. Esta preferência é explicada pelo facto destas serem consideradas agentes económicos dinâmicos, empreendedores, de maior responsabilidade e conseqüentemente de relativo baixo risco (Athmer, Bekkers, Hunguana, e Murambire. 2006).

4.1. Desenvolvimento Rural

Existe uma tendência de reduzir-se o desenvolvimento rural a aspectos agrícolas ou mesmo agrários. Enquanto que o desenvolvimento agrícola trata das condições da produção agrícola e suas características, no sentido estritamente produtivo, o desenvolvimento agrário abrange condições de produção mais amplas, tanto agrícolas como pecuárias e florestais, incluindo as relações sociais em torno do uso da terra.

O termo desenvolvimento rural diferencia-se dos dois anteriores pelo facto de abranger uma acção premeditada de indução de mudanças num determinado ambiente rural. Neste âmbito, cabe ao Estado agir como agente fundamental, sendo o móbil principal das transformações preconizadas a melhoria do bem-estar das populações rurais.

Desenvolvimento rural significa transformação da composição e estrutura social, económica, política, cultural e ambiental das áreas rurais. Isto implica actuar sobre os estrangulamentos da economia e das instituições da sociedade rural. Nesta perspectiva, o desenvolvimento rural não é uma etapa de curto prazo, nem um mero somatório de objectivos e intenções, mas sim, um processo de mudanças a longo prazo, cheio de variados conflitos, compromissos e opções, muitos dos quais mutuamente exclusivos, que requerem decisões selectivas.

Assim, de uma forma simples, o desenvolvimento rural pode ser entendido como um processo de melhoria das condições de vida, no que diz respeito à formação, trabalho, saúde, lazer e bem-estar das pessoas que habitam nas áreas rurais.

Em Moçambique, as condições precárias e desvantajosas em que se encontram as áreas rurais necessitam de acções estratégicas de forma a romper o ciclo vicioso de pobreza extrema em que estão mergulhadas. Tais acções devem desenvolver a capacidade tecnológica, melhoramento da produtividade e produção de qualidade, criação e aperfeiçoamento dos canais de distribuição inovadoras, entre outras acções.

5. REVISÃO DA LITERATURA

Segundo Hollis & Sweetman (1998), o micro-crédito, ou a provisão em pequena escala de financiamento a pequenos empreendedores, tem sido considerado popular mas controverso método para facilitar o desenvolvimento. Os bancos tradicionais não encontraram uma forma adequada para responder à procura de crédito por parte das camadas mais desfavorecidas da população, daí terem-se desenvolvido organizações locais com capacidade para, a baixos custos, obter informação sobre as características dos clientes e encontrarem formas de fornecer capital para os mais desfavorecidos.

Para Hunguana (2007), "*A sustentabilidade é uma das maiores questões em micro-crédito*". A maioria das instituições financeiras é suportada por subsídios governamentais ou doações de Organizações Não Governamentais (ONG's) e quando esses subsídios terminam a instituição financeira, muitas vezes, acaba por fechar devido, a baixos níveis de abrangência e de reembolso e da fraca cobertura de custos operacionais. A maior parte delas não tem estratégias claras de desenvolvimento empresarial e de financiamento, pois foram criados por doadores ou governos e foram estabelecidas como projectos sem ênfase comercial.

De acordo com Ledgerwood (1999), em muitos países existem várias instituições para ajudar os mais carenciados, como é o caso de pessoas que não sendo economicamente activas, engajam-se em pequenos empreendimentos que vão criar emprego nas comunidades em que se encontram inseridas. São estas pessoas os potenciais clientes das instituições financeiras de micro crédito pois, muitas vezes, o mercado formal não lhes oferece o serviço pretendido. Sendo assim as instituições de micro-finanças precisam de criar os produtos adequados a estes clientes. Como principio as instituições financeiras não existem para ajudar aquelas pessoas que estão em situação de pobreza absoluta, mas sim aqueles que têm algum rendimento e querem realizar alguma actividade. Portanto, os objectivos gerais das Micro-finanças são:

- Criar auto-emprego;
- Reduzir a pobreza;

- Reduzir grupos marginalizados (mulheres, pobres, habitantes das zonas rurais, entre outros);
- Criar emprego;
- Ajudar o desenvolvimento do sector comercial;
- Encorajar novos negócios;
- Aumentar a produtividade dos grupos vulneráveis, em especial mulher e pobres e;
- Reduzir a dependência das famílias rurais, criando condições para a diversificação das suas actividades económicas.

Vletter (2006), refere que *“Por todo o mundo, a experiência indica que as micro-finanças têm sido em grande medida um fenómeno urbano”*. As razões principais que estão por detrás destas constatações, são os custos elevados das transacções e os riscos mais elevados associados às actividades no meio rural devido, principalmente, ao facto de os clientes estarem em locais remotos, de acesso deficiente, com falta de comunicação, inexistência de facilidades bancárias e falta de pessoal qualificado, entre outros aspectos.

Uma análise mais atenta, mostra que a evolução das micro-finanças em Moçambique nas zonas rurais tem sido heterogénea e que é provável que a realidade da economia rural em rápida mudança, estimule um aumento rápido destas instituições semelhante ao que se verificou nas zonas urbanas.

Teyssier & Boquiço (2004), ressaltam que não existe um modelo único que possa resolver a problemática do crédito rural e do crédito ao camponês. Existem, infelizmente, mais exemplos de fracasso do que de sucesso, mas há também uma grande variedade de experiências, com modalidades diferentes (crédito em dinheiro e crédito em bens; crédito individual e crédito para grupos; poupanças prévias ao crédito, ou crédito prévio à captação de poupança.), que resultaram em melhoramento das condições de produção e de vida dos camponeses e que permitiram aos mutuários reembolsarem os seus créditos. Dessas experiências ressaltam o seguinte:

- Todo o crédito concedido deve ser pago. Parece evidente, mas na prática, nem sempre é o que se verifica;
- O crédito implica confiança: esta confiança só poderá existir se o mutuário, assim como quem empresta, mostrarem a sua seriedade na gestão do crédito (no pagamento e na recuperação) e o seu compromisso e responsabilidade e;
- O crédito necessita, muitas vezes, de uma informação ou formação dos mutuários potenciais. Estes, muitas vezes, aceitam o crédito que lhes é oferecido, mesmo se não responde às suas necessidades reais, porque não tem força para expressar o que realmente precisam. Por outro lado, o crédito é muitas vezes considerado como “não reembolsável” pelos camponeses (porque são fundos do governo, ou porque foram doados por parceiros estrangeiros, ou ainda porque é “um direito”, ou porque “somos pobres”), levando à retirada dos potenciais financiadores do campo.

Não existem dúvidas quanto à necessidade de existência de instituições e serviços financeiros no meio rural. Os serviços de poupança, crédito e seguros através das instituições de Microfinanças incentivam fortemente as actividades produtivas do meio rural.

A importância destes serviços não se cinge apenas à agricultura que como se sabe, é uma actividade de grande risco e incerteza além de ser uma actividade sazonal em muitas zonas rurais o que contrasta com as necessidades das famílias que são constantes: A alimentação, a saúde e a educação não podem esperar pela colheita e comercialização para serem satisfeitas!

Os serviços financeiros existem, para ajudar os agregados familiares das zonas rurais a terem uma vida mais “regular” ao longo do ano mesmo dependendo de actividades sazonais e irregulares. Ao se providenciarem os serviços das micro-finanças, as famílias podem investir na aquisição de insumos e equipamentos agrícolas e outros de forma a que os agregados familiares possam experimentar uma melhoria nas suas condições de vida ao longo do tempo.

Segundo Luís (2003), Moçambique possui um alto potencial agrário adormecido. O desenvolvimento agrário exige investimentos. Os fundos necessários quer ao financiamento do investimento quer ao funcionamento do sector agrário deverão estar disponíveis para os empreendedores. Mas o desenvolvimento da actividade de financiamento ao camponês para o crescimento económico das zonas rurais continua fortemente dependente de suportes externos ao processo.

A Direcção Nacional de Extensão Rural, do Ministério da Agricultura, tem vindo a desenvolver acções de promoção de micro-finanças em zonas rurais, executadas por terceiros, ainda sem um impacto notório, sendo necessário uma maior divulgação dos resultados.

5.1. Breve Historial de Micro crédito

Embora o micro crédito, na sua forma actual, seja um fenómeno recente, as suas origens remontam do século XIX, com o surgimento, na Europa, das primeiras iniciativas de crédito popular (Cooperativas de crédito, caixas populares e bancos comunitários), visando possibilitar o acesso ao crédito de segmentos pobres da população (camponeses, operários e artesãos). Com o tempo, essas iniciativas disseminaram-se, passando a reproduzir-se também fora do continente europeu (especialmente no Canadá e nos Estados Unidos). Não obstante, o marco referencial na história do micro crédito que mais contribuiu para a sua configuração actual foi o *Grammen Bank* de Bangladesh, criado em 1976. O *Grammen Bank* teve sua origem numa iniciativa pessoal do seu fundador, o professor de economia Muhammad Yunus, que, com recursos próprios e ajuda de seus alunos, iniciou a concessão experimental de créditos a pessoas pobres, para serem utilizados em actividades produtivas.

O êxito inicial desta experiência – particularmente no tocante ao retorno dos créditos – permitiu ao *Grammen Bank* ir progressivamente expandindo as suas actividades, através da capitalização própria e da captação de doações e investimentos externos. Esse crescimento levou o *Grammen Bank* a tornar-se, em alguns anos, a maior instituição

financeira de Bangladesh, bem como o principal modelo de referência para a disseminação do micro crédito à escala mundial. Além de mostrar a viabilidade financeira do micro crédito, a experiência do *Grammen Bank* destaca-se pelas suas inovações metodológicas, com a introdução do “grupo solidário”, como forma de garantia dos empréstimos.

Inspirado na experiência do *Grammen Bank* e de outras iniciativas pioneiras (como o *Bank Rakyat* da Indonésia), o micro crédito disseminou-se, durante as décadas de 1980 e 1990 por diversos países da Ásia, África e América Latina, graças à acção de governos, ONGs, instituições privadas, organismos multilaterais e agências de cooperação internacional (Amaral, 2005).

5.2. Evolução das Micro Finanças em Moçambique

O primeiro ponto de atracção para as actividades micro-financeiras foi Maputo e de forma reduzida as outras cidades do país. A ligação inicial às micro finanças iniciou por volta de 1989 com a criação do Fundo de Crédito para as Empresas Urbanas, que foi implantado como uma das componentes do Programa de Reabilitação Urbana (PRU) do Banco Mundial, executado pelo Gabinete de Promoção de Emprego (GPE) no Ministério do Trabalho. Este programa disponibilizou pequenos empréstimos para uma variedade de actividades urbanas.

Em 1992 com a unificação alemã, foram repatriados cerca de 18.000 trabalhadores moçambicanos contratados. O Governo Alemão, através da sua agência de assistência técnica, a *Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (GTZ), estabeleceu um programa de formação e crédito para os regressados.⁶

Com a assinatura dos acordos de paz em 1992, começa uma nova era para Moçambique e as micro finanças passam a ter um papel considerável no processo de reintegração dos

⁶ Hoje em dia são conhecidos como “madgermanes” (“alemães”).

desmobilizados de guerra. O processo de desmobilização⁷ começou numa altura em que o sector micro-financeiro ainda estava no seu período inicial, e envolveu diversas organizações, com vários pontos de vista sobre como abordar a reintegração. Porém, a mostrou que os métodos usados não foram os melhores, visto que os soldados desmobilizados não tinham a menor intenção de devolver os empréstimos concedidos, pois eles consideravam a formação, as ferramentas e os empréstimos como sua parte legítima na compensação dos vários anos em guerra.⁸

Em 1993, a *World Relief* anunciou planos para estabelecer “bancos comunitários” (Village Banks) para as mulheres pobres dos mercados na zona do Chókwè na Província de Gaza. Foi um plano ambicioso, para aquela altura e, em termos gerais, foi apelidado como a primeira iniciativa micro-financeira no país. Os resultados ultrapassaram as expectativas dado que a taxa de reposição aproximou-se dos 100% atraindo deste modo várias delegações governamentais de alto nível a visitarem o programa. Estas impressões positivas de certa forma poderão ter influenciado o apoio que o Governo tem vindo a dar ao sector das micro-finanças.

À excepção do programa da GTZ nas cidades de Maputo e Beira, nos meados dos anos noventa as micro-finanças eram impulsionadas na sua maioria, por ONGs internacionais com experiência no sector. Nesta mesma época as ONGs tinham pequenas iniciativas, nas quais introduziam as micro-finanças como uma das várias componentes dos seus programas. Em 1995, a *Cooperative for Assistance and Relief Every Where, Internacional* (CARE) aprovou os seus primeiros empréstimos, com base na metodologia de grupos Solidários⁹, através do seu programa de Crédito Sustentável para o Crescimento de Empresários (CRESCCE), principalmente junto de vendedores de mercados em Chimoio e Gôndola (Província de Manica).

⁷Com o advento da paz a desmobilização dos antigos soldados da Frelimo e da Renamo foi complicada, envolvendo, um processo de fornecimento duma habilidade técnica a estes, normalmente através da formação e de equipamentos convenientes (kits), de modo a reintegrarem-se na economia. Em termos gerais, a formação foi apressada e insuficiente, e os kits foram vendidos para a obtenção de dinheiro. Muitos antigos soldados simplesmente voltaram para casa nas suas zonas rurais, ou iniciaram actividades no sector informal.

⁸ Veja S. Fraser e R. Cândido (2001). *Research Study of Post-Conflict Microfinance in Mozambique*.

⁹ Grupos Solidários - grupos de dimensão reduzida, para poupança regular, com possibilidade de concessão de crédito entre os membros do grupo.

Entre 1995 e 1996 o Banco Internacional de Moçambique (BIM) e o Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FDC) iniciaram um projecto-piloto com financiamento suíço, que constituiu a primeira Cooperativa, denominada de Tchuma, dedicada exclusivamente às micro-finanças. A Tchuma alargou de forma significativa as suas actividades de concessão de créditos.

Mais tarde, em 1998, foi criada a Socremo que constitui o primeiro programa de micro-finanças que veio a tornar-se uma instituição registada, detendo o Governo de Moçambique 94% das suas acções. E em 2000, o Novo Banco, gerido pela empresa alemã de consultoria *Internationale Project Consult* (IPC) começou a funcionar sob a forma da categoria institucional recém-criada de micro banco. O Novo Banco faz parte da rede mundial da ProCrédito.

Desde os meados da década de 90 tem sido debatida a sustentabilidade financeira das micro-finanças. Nesse debate, as micro-finanças rurais foram consideradas como tendo poucas perspectivas de atingirem a sua sustentabilidade financeira dentro da “norma” geralmente aceite, de cerca de cinco anos.

5.3. Declínio das ONGs Internacionais e Crescimento das Instituições Nacionais

Durante os primeiros anos do novo milénio, tiveram lugar algumas transformações inesperadas. Com efeito, os programas das ONGs internacionais pioneiras, como é o caso da *World Relief*, *CARE*, *Visão Mundial* e outras, começaram a apresentar um desempenho decrescente de carteira, o qual em parte pode ser atribuído ao aumento da concorrência e à mudança das prioridades de gestão, atendendo que as ONGs se caracterizam como instituições polivalentes. Nesta fase as ONGs desempenharam um papel importante ao abrir o mercado micro-financeiro numa altura difícil da vida do país. Contudo o crescimento industrial local e as mudanças do mercado, levaram-nas para caminhos divergentes, criando espaço para o crescimento de novas ONGs, associações e

Cooperativas moçambicanas de dimensão menor. Esta nova situação provocou uma mudança dramática na natureza e localização das micro-finanças em Moçambique.

5.4. Tendências Demográficas, Mobilidade e Êxodo Rural

De entre os principais factores demográficos que determinam, directa ou indirectamente, as dinâmicas rurais, existem pelo menos quatro fenómenos que merecem especial destaque, pela sua importância e impacto para as próximas décadas;

- 1 Crescimento Populacional;
- 2 Forte êxodo rural;
- 3 Composição por idades e sexo da população camponesa e;
- 4 Baixa produtividade e produção agrícola.

No primeiro fenómeno, crescimento populacional, o Instituto Nacional de Estatística (INE) indica que durante as próximas duas décadas, Moçambique deverá registar um acréscimo populacional de cerca de 9 milhões de pessoas, adicionadas aos 19,5 milhões existentes, ou seja por volta de 2025 o País deverá ter cerca de 28,5 milhões de habitantes. Este crescimento acontecerá predominantemente no meio rural (Gráfico 1).

Actualmente as zonas rurais têm cerca de dois terços da população total de Moçambique e produzem entre 25% a 30% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) do país e proporcionam 80% das actividades económicas e emprego para a população economicamente activa. Cerca de 45% do território, corresponde à terra arável, da qual somente 5% são actualmente cultivados¹⁰.

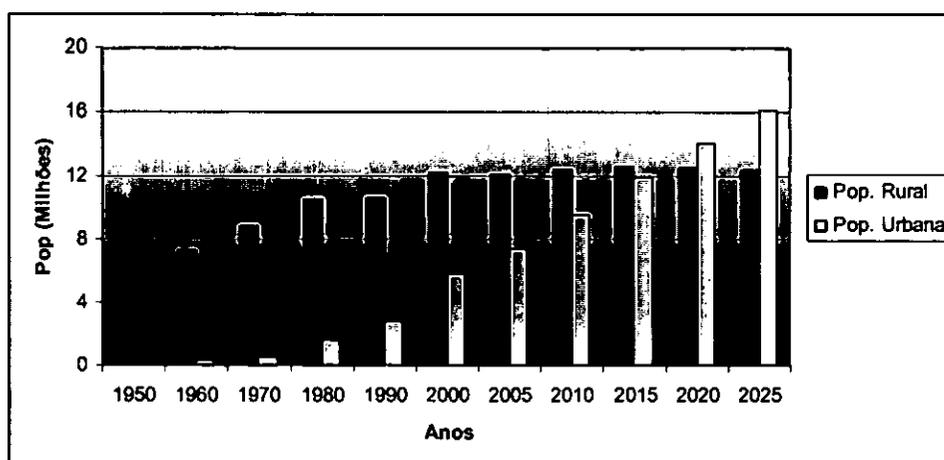
Com o segundo fenómeno, que aborda o êxodo rural, verifica-se que logo após a independência nacional (1975) a população rural moçambicana representava 90% da população total do País. O censo da população de 1997 registou uma diminuição da

¹⁰ Dados fornecidos pelo Ministério Plano e Desenvolvimento

população rural para cerca de 70%. Actualmente, perto de 40% da população moçambicana vive nas zonas urbanas e todas as indicações disponíveis mostram a tendência é crescente destes valores.

De acordo com as projecções do INE, dentro de 10 a 15 anos, a maioria da população moçambicana irá passar a residir em zonas reconhecidas como zonas urbanas. A dimensão e o ritmo desta mudança demográfica dependerão dos determinantes do êxodo rural. A tendência futura indica taxas negativas para as zonas rurais a partir de 2010 e taxas elevadas para as zonas urbanas.

Gráfico 1: Evolução da População Urbana e Rural em Moçambique, 1950-2025



Fonte: Tabela I

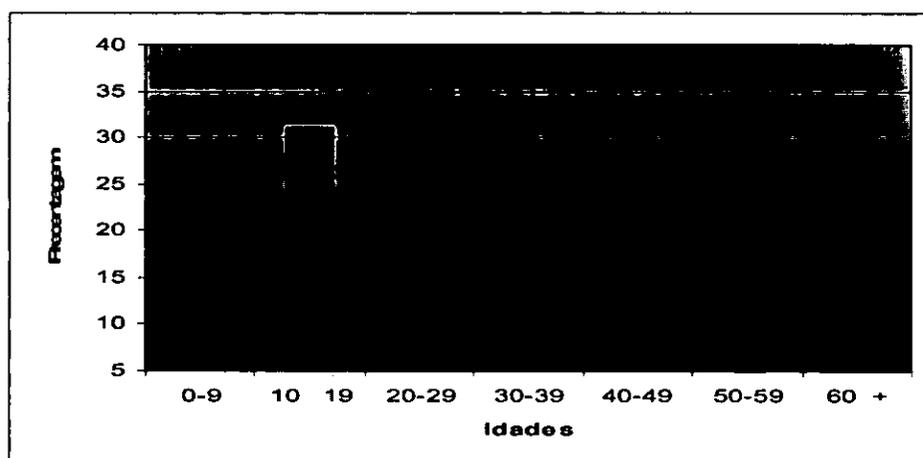
Isto não quer dizer que a urbanização seja um problema em si. Ela deriva e origina efeitos principalmente positivos, porque é determinada pelo progresso de diversificação de infra-estruturas, melhoria das condições de vida e das oportunidades de trabalho e bem-estar social. Os problemas surgem quando a urbanização se concentra, de forma desequilibrada e desordenada, num pequeno número de zonas metropolitanas, sem condições de absorção dos novos imigrantes. Um dos aspectos mais preocupantes no êxodo rural é a “fuga” dos poucos profissionais e jovens com habilidades laborais. Crê-se ser possível refrear o fluxo migratório das zonas rurais, criando alternativas compensadoras e competitivas nas próprias zonas de origem.

Neste sentido, uma das finalidades do desenvolvimento rural é o fomento e expansão de oportunidades de emprego e actividades económicas por conta própria nas áreas rurais.

O terceiro fenómeno importante para o futuro desenvolvimento rural, diz respeito à composição por idades e sexos da principal força de trabalho, os camponeses. A população feminina contribui com o maior efectivo de trabalhadores agro-pecuários rurais (53% mulheres e 47% homens). No entanto, por razões sócio-culturais e desequilíbrios nas relações de género, cerca de 80% das explorações agrícolas são chefiadas por homens¹¹.

Quanto à composição por idades, como se pode ver no gráfico 2 cerca de um terço das pessoas envolvidas em actividades agro-pecuárias são crianças e jovens com idade entre 10 e 19 anos.

Gráfico 2: Trabalhadores Rurais em Actividades Agro-pecuárias por idades, Moçambique 2000-2001



Fonte: Tabela 2

O Governo considera irrealista e inviável, a possibilidade de mudanças estruturais rápidas na economia rural, suficientemente produtivas para que as famílias rurais possam, a breve trecho, dispensar o elevado número de crianças e jovens menores de idade, das actividades (agrícolas, pecuárias e domésticas) que realizam actualmente. Apesar disso

¹¹ Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Estratégia de Desenvolvimento Rural

considera-se que o aumento da produtividade na economia rural, poderá permitir que as famílias rurais possam orientar as crianças e jovens para os estudos.¹²

O quarto e último fenómeno refere-se à baixa Produtividade e Produção Agrícola. No início da década 70, Moçambique tinha atingido uma utilização da terra na ordem dos 12, 5%. Presentemente, dos cerca de 36 milhões de hectares de terra arável do País, só 5%¹³ são utilizados, ou seja, estão a ser efectivamente utilizados em actividades produtivas.

A baixa produtividade agrícola nas áreas rurais reflecte a baixa eficácia e a fraca eficiência na utilização do potencial produtivo fundiário do País. Em reconhecimento desta situação o Governo através do seu programa desenvolve políticas e apoia todo e qualquer investimento no meio rural, para que se crie uma gestão eficaz e eficiente dos recursos locais existentes no meio rural.

¹² Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Estratégia de Desenvolvimento Rural

¹³ Dados da FAO, 2006

6. Área de Estudo

6.1. Caracterização do Distrito de Angónia

O estudo foi realizado, na Cooperativa de Crédito dos Micro Empresários de Angónia. A escolha desta Cooperativa deveu-se aos seguintes aspectos:

- 1 A Província de Tete e o distrito de Angónia tem um sector agrário importante;
- 2 O seu sector agrário é diversificado, o que permite captar as diferentes dinâmicas e possíveis impactos no desenvolvimento rural;
- 3 Proximidade geográfica e;
- 4 A Cooperativa apresenta um projecto de sucesso na implementação de crédito ao sector agrícola e não só no Distrito onde está implantado o projecto como também nos Distritos circunvizinhos nomeadamente o Distrito de Tsangano.

O distrito de Angónia está situado no extremo nordeste da Província de Tete, sendo limitado a Norte, Nordeste pelo Malawi, a sul pelo distrito de Tsangano, e a Noroeste pelo distrito de Macanga. A sua superfície é de 3.277km² com uma população de 335.808 habitantes e uma densidade populacional de 102.4 hab/km². A população deste distrito é jovem (47%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina e de cariz rural.

Em todo o distrito existem em média 81% de analfabetos, com predominância nas mulheres. Cerca de 89% da população do distrito com 5 ou mais anos de idade não fala a língua oficial, o português, sendo esta língua preferencialmente dominada pelos homens, dada a sua maior inserção na vida social, escolar e no mercado de trabalho.¹⁴

O tipo de habitação modal do distrito é a palhota com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou de pau a pique.

¹⁴ In *Perfil do Distrito de Angónia - Província de Tete Moçambique-2005*

No que diz respeito as infra-estruturas, o distrito caracteriza-se por ter muito poucos acessos, sendo que a maioria das estradas são de terra batida e alguns casos de picada, permitindo apenas a circulação de viaturas de todo o terreno.

A actividade económica predominante no distrito é a agricultura, envolvendo quase todos os agregados familiares. Estima-se que dos 326 mil hectares da superfície do distrito, apenas 150 mil hectares são terra arável, actualmente apenas 80 mil são explorados pelo sector familiar. A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, e nem sempre é bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto dada a precipitação irregular e a vulnerabilidade às calamidades naturais. Contudo, as manifestações de pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surgem como alternativa à actividade agrícola.

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco, apesar de existirem boas áreas de pastagem e condições para o seu desenvolvimento. Porém, dada a tradição na criação de gado tem-se verificado um crescimento do efectivo bovino.

Em termos de actividades comerciais, as mulheres dedicam-se à venda de pão, bolos e fabricação de bebidas alcoólicas tradicionais. Os homens enquadram-se no fabrico de malas, cerâmica, trabalho em metal e em alfaiatarias.

No que toca as instituições bancárias, opera no distrito uma agência do Banco Barclays que se dedica ao fornecimento de créditos e à captação de poupanças, da população em geral, tendo ao dispor do cliente os mesmos serviços que tem em todo o país. Existem ainda mais duas instituições de micro finanças que dão crédito, nomeadamente, a MODEL e ADIPSA. A primeira já existe há cerca de três anos, com uma pequena delegação sem muita expressão no meio da comunidade. A segunda está agora a iniciar a sua actividade no distrito, não sendo possível ainda analisar os seus resultados.

6.2. Surgimento da Cooperativa de Crédito dos Micro-Empresários de Angónia

Em 1994 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou um projecto de apoio ao desenvolvimento às comunidades e esse projecto manteve-se até ao ano 2000. Quando o projecto terminou, o governo decidiu continuar com o apoio às comunidades através da Direcção Nacional de Promoção e Desenvolvimento Rural, mais concretamente o Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA), actualmente chamado Fundo de Fomento Agrário (FFA). Este Fundo tinha como objectivo continuar a apoiar as comunidades rurais e recuperar os créditos dados pelo PNUD. O apoio foi dado mas a recuperação dos créditos do PNUD, foi difícil, senão mesmo impossível.

O Fundo lançou um concurso ao nível do Distrito para a criação de uma associação com vista a fazer mais uma tentativa na recuperação dos fundos/créditos deixados pelo PNUD. É neste contexto que em 2001 foi constituído a Cooperativa de Crédito dos Micro Empresários de Angónia, à qual o FFA atribuiu a sua carteira de clientes devedores determinando que de todo o crédito recuperado, 80% ficaria para a instituição entretanto criada, e o remanescente reverteria a favor da comunidade, com vista a financiar obras sociais.

A Cooperativa teve sucesso na recuperação dos fundos deixados pelo PNUD e fez um estudo de mercado para saber a viabilidade da criação de uma IMF's. Tendo-se verificado que existiam condições para o seu desenvolvimento, em Julho de 2002 é formalmente registada como uma Cooperativa de crédito e poupança, com 51 membros fundadores.

O acto constitutivo da Cooperativa foi sob a forma de sociedade comercial nos termos da legislação comercial vigente na altura, ou seja, é uma sociedade por cotas do Direito Comercial comum, pese embora a sua designação de Cooperativa. Na altura foi constituída desta forma porquanto em Moçambique ainda não havia legislação específica para as Cooperativas.

Por ter sido constituída sob a forma de sociedade comercial, a Cooperativa está sujeita a uma forte pressão fiscal, com todas as obrigações derivadas do exercício de uma actividade comercial, muito embora desempenhe uma função socialmente útil e tenha uma perspectiva altruísta cobrando baixas taxas juros nos seus créditos.

Assim, os órgãos sociais da Cooperativa são os que derivam da lei, como seja o Conselho da Administração (CA), Conselho Fiscal (CF) e Assembleia-geral (AG)¹⁵.

O conselho de Administração é o órgão que gere os destinos da Cooperativa, é composto por quatro membros que são os representantes da comunidade e pelos membros fundadores da Cooperativa (sócios)¹⁶.

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Cooperativa e a Assembleia Geral constituiu a reunião magna dos membros fundadores na qual são tomadas todas as decisões que dizem respeito à Cooperativa assim como a eleição dos seus órgãos sociais. Estes dois órgãos reúnem-se uma vez por mês e em casos de urgência de quinze em quinze dias.

Esta Cooperativa é composta ainda pela Gerência, que exerce a gestão efectiva e diária da mesma e que reporta directamente ao Presidente do CA. Este órgão é composto por quatro funcionários:

- Gerente, responsável directo do funcionamento da instituição;
- O Oficial de Crédito, é o funcionário que vai ao terreno verificar se está a haver uma correcta aplicação dos fundos mutuados;
- O Contabilista tem à sua responsabilidade: registar a evolução dos reembolsos dos mutuários e controlar os atrasos e pagamento de multas, também faz o controle da conta bancária da Cooperativa e;

¹⁵ Vide em anexo o organigrama da Cooperativa.

¹⁶ O presidente do Conselho de Administração é o Sr. Virgílio Benjamim que também é membro fundador e único presidente do CA desde a sua criação.

- O Assistente é escolhido pela Cooperativa para fazer o acompanhamento das actividades no terreno.

Todos trabalham sob a alçada directa do Presidente do CA e participam nas acções de formação como formadores.

Presentemente a Cooperativa encontra-se especializada em operações de crédito, tendo como objectivo principal, realizar actividades para-bancárias em benefício exclusivo dos seus membros. Os seus fundos resultam da remuneração do capital e das quotizações.

O crédito só é concedido a quem já desempenhe uma actividade económica e que necessite de capital para desenvolver-se. Para novos negócios, o interessado tem que iniciar com capitais próprios e só depois é que pode solicitar crédito à Cooperativa. Contudo, a Cooperativa define como suas áreas de actuação não só a agricultura, mas também outras áreas, de forma a diversificar o risco. Assim, as suas actividades alvo são:

1. **Agricultura:** Cereais, Oleaginosas, Batata, Horticultura, Pecuária, Comercialização Agrícola e outras;
2. **Comércio:** Bancas Fixas, Comerciantes Ambulantes e outros;
3. **Indústria:** Carpintarias e Marcenarias, Latoaria, Serralharia, Moagens, Soldadura, Alfaiataria e outras;
4. **Serviços:** Reparação de bicicletas, relógios, electrodomésticos, charruas, carroças, outros.

Presentemente não se concede crédito à produção de tabaco, apesar de ser uma cultura de rendimento, pois o risco na sua produção é muito elevado, além de que a principal produtora de tabaco na região a *MLT*, concede incentivos próprios à produção de tabaco por parte dos pequenos agricultores, aos quais depois compra o produto.

Como referido, a Cooperativa começou com 51 membros e presentemente conta com 252 membros associados. No início ela teve alguma dificuldade em angariar pessoas

interessadas mas acabou por desenvolver uma técnica própria para a sua angariação, fazendo publicidade na rádio local. Os representantes da CCMEA participavam em encontros Institucionais e Governamentais onde puderam divulgar os seus serviços e também era uma forma de se tornarem mais credíveis perante o público em geral. Normalmente iam às comunidades com o apoio do governo distrital e por fim o método que teve mais sucesso foi a abordagem directa através de uma equipa especializada explicando as vantagens dos seus serviços aos diversos agentes económicos da região nos mercados, feiras agrícolas e feiras regionais.

Como método, as equipas observavam como é que os agentes económicos realizavam a sua actividade, para depois aproximarem-se das pessoas para trocarem impressões e dar-lhes alguns conselhos sobre a sua actividade e só depois é que se apresentavam como funcionários da Cooperativa convidando os interessados a assistirem a uma sessão de esclarecimento. Todas estas actividades eram desenvolvidas por técnicos especializados da Cooperativa e com recurso à língua local para que todos se sentissem mais confiantes e entendessem bem a mensagem transmitida.

Presentemente, já não tem necessidade de fazer tanta publicidade dos seus serviços pois as pessoas já se deslocam à Cooperativa para se tornarem membros sendo conhecedoras da actividade que a Cooperativa exerce e nos moldes em que o faz. Com efeito, o número de mutuários tem tendência a crescer, não tendo a Cooperativa presentemente capacidade para responder à procura e consciente desta situação o Presidente do CA e sua equipe já está a estudar formas para criar delegações nos diversos pontos do distrito, pois está-se a tornar difícil o controlo centralizado na Vila de Ulongué, sede da Cooperativa.

6.3. Modelo da Cooperativa Para a Concessão de Crédito

O modelo usado pela Cooperativa para conceder crédito, é muito complexo pois, antes de conceder o crédito propriamente dito, realiza um trabalho prévio com o objectivo principal de formar o candidato para que este entenda o que é crédito e como se faz a sua

gestão. Assim, os potenciais mutuários passam por várias etapas antes de estarem elegíveis para o crédito.

São as seguintes as principais etapas, num total de seis:

Etapas I

Nesta etapa, procede-se a criação de grupos, em média de 5 a 6 pessoas da mesma área de residência, onde pelo menos um membro tem de saber falar e escrever português. O objectivo é de ministrar acções de formação, onde é explicado o que é o crédito, o que é o juro, receita, lucro, capital de giro e como desenvolver o negócio. Nestas sessões de formação são dados exemplos concretos, tirados do seu dia a dia, das suas experiências de negócio, de forma que fique claro para todos.¹⁷ Estas acções de formação são dadas na língua local.

Etapas II

Após as acções de formação se o candidato/a, já conhecedor dos seus direitos e obrigações, ainda se estiver interessado em ser membro, paga 200,00 Meticais de jóia passando a ser membro da Cooperativa. Cumpridos todos os procedimentos o candidato/a fica a aguardar uma oportunidade de requerer o seu crédito, dentro do seu grupo de solidariedade.

Etapas III

Quando o candidato/a se torna elegível para o crédito, preenche parte do contrato de pedido de empréstimo¹⁸ indicando o montante a solicitar, a actividade que desenvolve e como vai afectar o crédito, bem como as garantias que está disposto a oferecer. As

¹⁷ Gasta-se muito tempo com a formação pois é um dos pontos mais importantes as pessoas tem que sair da formação conscientes que se trata de um empréstimo e que terão que reembolsar o dinheiro pedido mais o juro.

¹⁸ Contrato de pedido de empréstimo –é um contrato elaborado pela Cooperativa onde se regista os pedidos de crédito solicitados pelo possível mutuário, este contrato passa por três etapas distintas; Primeira dados gerais, montante a solicitar e garantias; segunda assinatura dos membros do grupo e indicação da área de negócio e por fim a esposa/esposo é chamado também a assinar o contracto juntamente com a Cooperativa. Veja anexo 5.

garantias podem ser dadas pelos mais variados bens, tais como bicicletas, motorizadas, casas de habitação entre outros. Existe alguma tolerância por parte da instituição ficando esta a espera do pagamento atrasado mais os juros de mora, só muito mais tarde é que acciona as garantias indicadas pelo usuário.

Etapa IV

Após o pedido de crédito, segue-se um período de análise, no qual se faz a avaliação sobre a rentabilidade da actividade económica do candidato. Depois é feita uma análise sobre a idoneidade da pessoa pelo grupo da comunidade que dá um parecer sobre a responsabilidade do candidato/a, a sua capacidade de gerir dinheiro e como se comporta dentro da sua comunidade. Todo este processo tem carácter confidencial. Como norma no primeiro pedido de crédito não se concede todo o valor solicitado com o objectivo garantir e avaliar a capacidade de devolução do beneficiário.

Etapa V

Após a aprovação do parecer dado pelo grupo e da Cooperativa pede-se ao mutuário que continue a preencher o formulário, indicando a área de negócio, o tipo de negócio e o grupo a que pertence. Mais tarde e sem aviso prévio, o assistente da gerência desloca-se ao local indicado no contrato para verificar a veracidade dos dados indicados.

Etapa VI

Com tudo verificado e aprovado, é chamado o mutuário e a sua esposa/esposo¹⁹ bem como o grupo de solidariedade a que pertence para completarem o preenchimento do formulário de contrato de crédito. Todos assinam o referido contrato ficando assim responsáveis pelo seu pagamento. O valor da dívida mais o juro é parcelado e dividido num máximo de seis prestações.

¹⁹ A relação esposa/esposo não tem que ser formal, neste ponto considera-se qualquer tipo de relação duradoura, tal como casamento tradicional, ou a simples união de facto.

Como foi referido, seis meses é o tempo máximo do empréstimo. Porém quando o pedido é feito para a agricultura o período de pagamento estende-se por mais 2 meses, excepto no caso da plantação da batata que são na mesma seis meses. Os prazos são todos registados no próprio contrato para ficar tudo bem esclarecido para todos os envolvidos.

A maioria dos pedidos de crédito provem do sector agrário²⁰. É neste sector que a Cooperativa procura ter maior cuidado e maior controlo, pois trata-se de uma actividade de alto risco. Para lidar com o problema, a Cooperativa tem uma metodologia própria quando se trata de pedidos de crédito deste sector.

Com efeito e tratando-se de créditos para o sector agrícola, na etapa V é solicitado um Técnico agrícola ao Governo Distrital que, conjuntamente com o oficial de crédito, se deslocam onde se localiza o terreno onde o mutuário pretende investir. Deste modo, o técnico agrícola faz a sua análise e aconselha na selecção das reais necessidades dos clientes agrícolas, prestando esclarecimentos de ordem técnica sobre qual é a melhor altura para se fazer a plantação, quais são os melhores insumos, de forma a que o produtor rentabilize ao máximo a sua produção, condição necessária para garantir os retornos necessários que lhe permitirão honrar os compromissos com a Cooperativa.

6.4. Sustentabilidade Financeira da Cooperativa

A Cooperativa iniciou a sua actividade em 2002 com 51 membros. Em 2005, ainda se mantinha o mesmo número de membros e só depois de realizadas diversas campanhas de esclarecimento é que o número de associados foi aumentando.

Em 2005, o valor máximo de empréstimos autorizados pela CCMEA era de 20.000,00 Meticais, mas em média os mútuos rondavam os 10.000,00 Meticais. Neste período, a taxa de juro praticada era de 4% ao ano, e a sua carteira activa era de 851.000,00 Meticais. De salientar que as dificuldades financeiras eram evidentes, verificando-se

²⁰ Ver anexo 6

periodicamente atrasos no pagamento de salários dos funcionários e demais despesas correntes da Instituição.

Actualmente com os seus 252 membros o valor máximo de empréstimos autorizados passou a ser de 150.000,00 Meticais, sendo o valor médio dos empréstimos entre 30.000,00 a 50.000,00 Meticais, e a taxa de juro praticada ainda se mantém nos 4% ao ano e o valor da sua carteira de crédito e de cerca de 3.000.000,00 de Meticais.

Apesar do tempo máximo do empréstimo ser de seis meses, a CCMEA, faz também, empréstimos em períodos de tempo mais curtos. Em média os empréstimos são por um período de três meses. O custo fixo mensal de funcionamento da Cooperativa é em média de 22.000,00 Meticais. Presentemente todos os mutuários têm os seus pagamentos em dia o que garante estabilidade financeira da Cooperativa.

O actual Presidente da Cooperativa²¹, consciente das dificuldades na colocação dos produtos agrícolas dos seus mutuários tem vindo a desenvolver uma outra actividade de forma a garantir o pagamento atempado das prestações dos empréstimos concedidos. Para o efeito, foi criada, uma bolsa de compradores e vendedores, através da qual as pessoas interessadas em comprar grandes quantidades de qualquer produto agrícola (Batata, Milho, entre outros) procuram a Cooperativa para que esta estabeleça a ligação com os produtores agrícolas.

Um aspecto interessante do funcionamento da Cooperativa esta relacionado com o reembolso do empréstimo no caso de morte do mutuário. Neste caso, a Cooperativa suspende os pagamentos durante um certo período de tempo, de nojo, até que a família se recomponha, de dois meses no máximo. Mais tarde, a família é visitada por alguém da Cooperativa, que propõe duas possíveis soluções:

²¹ Virgílio Benjamim

- Incentiva o cônjuge sobrevivente a continuar com o projecto do mutuário primitivo, dando-lhe todo o apoio possível explicando como o negócio funciona, de forma a continuar com os pagamentos já estabelecidos com o falecido membro; e
- Ou então, caso o cônjuge sobrevivente não quiser continuar com o negócio terá que reembolsar apenas o capital emprestado sem os juros.

O cônjuge nunca poderá negar o conhecimento de tal empréstimo, como se pode ver no anexo 6, pois a sua assinatura é obrigatório para que o empréstimo seja concedido, tem perfeito conhecimento e sabe que também é responsável pelo pagamento do mesmo.

6.5. Características e Análise dos Clientes da Cooperativa

A mulher tem tido um papel crescente na procura de crédito, pois a experiência mostra que ela, na generalidade, tem um maior sentido de responsabilidade e contribui mais que o homem para a melhoria das condições de vida da família. Como defende Ledgerwood (2002), a mulher é uma melhor usuária comparada com que o homem. Contudo, no presente estudo constata-se que a Cooperativa tem mais homens associados (214 membros) do que mulheres (38 membros), das quais a maioria se dedica (20 membros) ao comércio. Este facto justifica-se em parte por questões tradicionais da submissão da mulher ao homem além de que esta tem que ter autorização do marido ou do pai para solicitar o crédito. É verdade que o marido também tem que ter autorização da esposa para solicitar o crédito, mas esta está numa posição mais fragilizada e de dependência em relação ao homem.

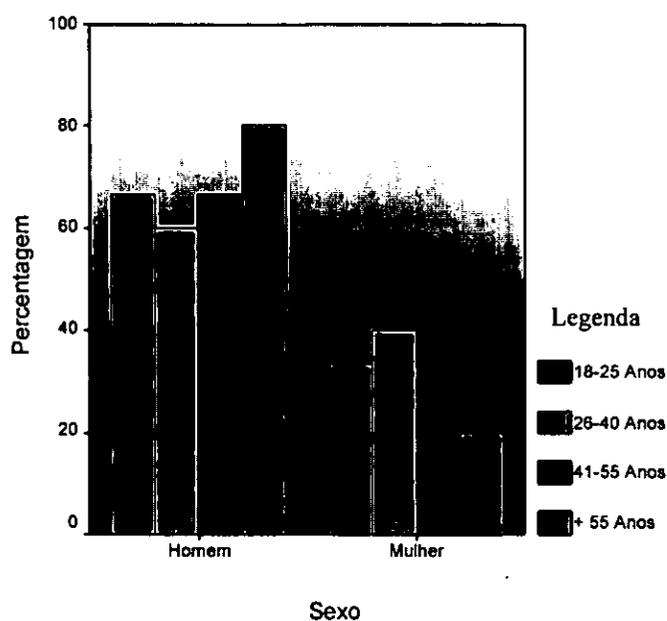
A taxa de Analfabetismo na população feminina é de 89% sendo que 83% das mulheres do distrito nunca frequentaram a escola, e somente 3% concluíram o ensino primário e consequentemente, só 7% da população feminina fala português.²² Estes factos podem

²² Fonte: INE, dados do censo de 2005

gerar algum receio de tentarem desenvolver qualquer actividade económica com recurso a crédito, pois tem dificuldade em entender a linguagem técnica usada na Cooperativa.

A Cooperativa não faz qualquer tipo de discriminação no género. Existem, sim, as pressões sociais e tradicionais no distrito, sobre a participação feminina na vida económica da sociedade, onde o seu desempenho tem que ser menor que o do marido. A maioria das mulheres associadas são esposas dos associados, e desempenham pequenas actividades de geração de rendimentos tais como venda de refrescos e gasolina, pequena machamba, entre outras. Das entrevistas realizadas, 65% são homens e 35% são mulheres. Desse conjunto, verifica-se que existe um padrão que sugere que a maioria dos usuários têm entre 26 a 40 anos de idade (50%) que vai de acordo com o tipo da população existente em Angónia que é na sua maioria uma população jovem (Gráfico 3).

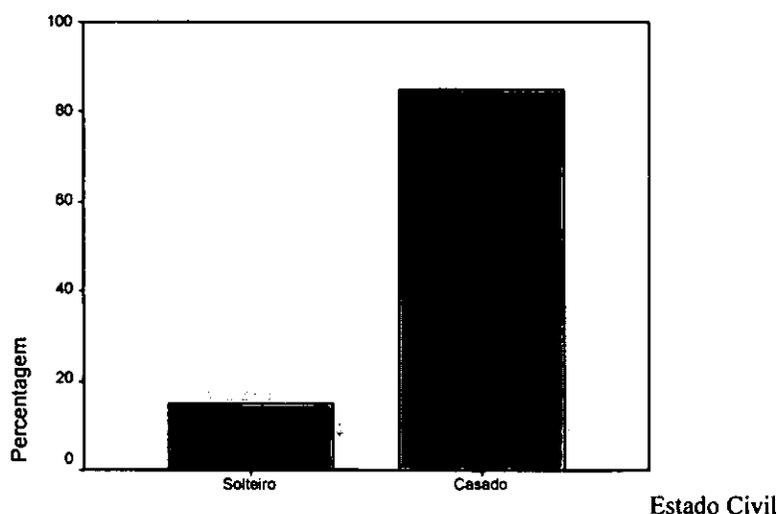
Gráfico 3: Relação dos inquiridos divididos por idade e sexo



Fonte: Adaptado da tabela 3 e 4 em apêndice

A maioria dos inquiridos são casados,²³ o que vai de encontro com os interesses da instituição pois assim torna-se mais fácil exercer uma maior pressão dentro do grupo familiar, para o reembolso do empréstimo concedido.

Gráfico 4: Estado Civil dos Inquiridos da CCMEA



Fonte: Adaptado da tabela 5 em apêndice

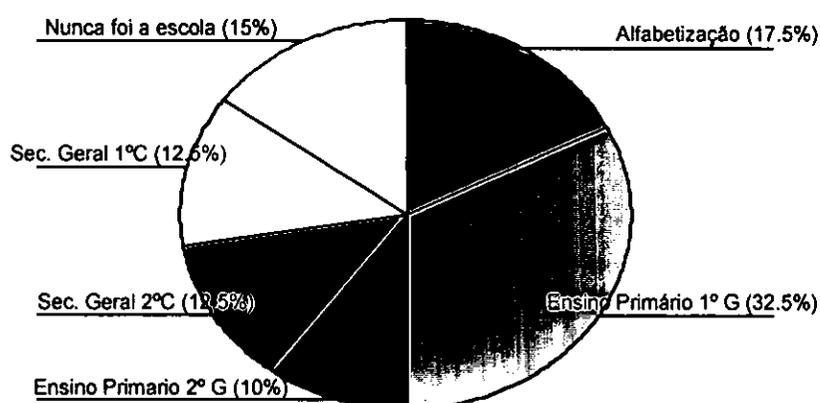
Apesar de 32% dos inquiridos terem o ensino Primário do 1º Grau, na sua maioria tem dificuldades em entender a língua oficial, pelo que foram necessários os serviços de um tradutor. Com efeito, o distrito tem cerca de 81% da população analfabeta²⁴, o que dificulta a entendimento geral da linguagem usada nas instituições bancárias. A Cooperativa faz a sua abordagem geralmente na língua local, o que ajuda o entendimento e reforça os laços de confiança, entre os associados e a instituição.

A Cooperativa tem incentivado os seus associados a frequentarem cursos de alfabetização e educação de adultos, de forma que o seu entendimento das actividades que exercem seja maior. O presidente da Cooperativa pretende interagir com as Igrejas locais para que as pessoas frequentem a alfabetização, o que a médio prazo vai ajudar a ultrapassar esta limitação.

²³ Como já foi dito atrás, casamento é só uma expressão não significa necessariamente um casamento formal, podendo ser casamento tradicional ou mesmo união de facto.

²⁴ Fonte: INE, dados do Censo de 2005

Gráfico 5: Nível de escolaridade dos Inquiridos da CCMEA

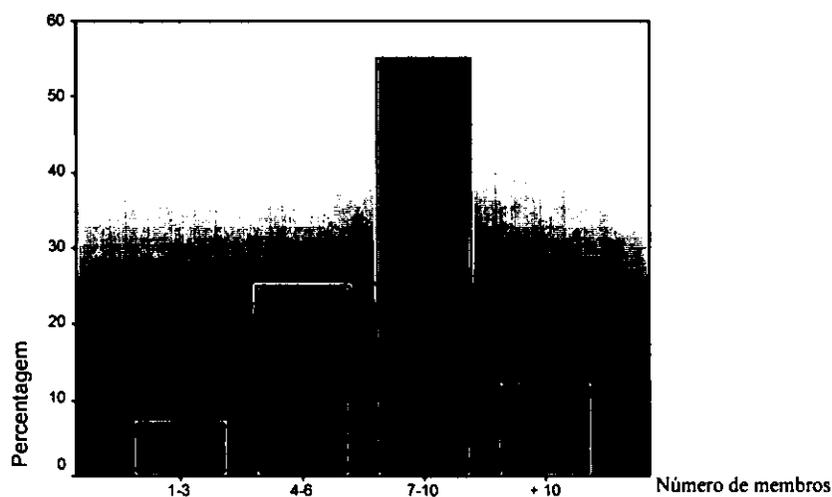


Fonte: Adaptado da tabela 6 em apêndice

A família rural é considerada como a mais pequena unidade de produção, consumo e distribuição das sociedades rurais africanas. Mas, regra geral, a família africana é numerosa, principalmente no meio rural (Negrão, 2006).

Dos inquiridos, na sua maioria (55%) o seu agregado familiar é composto por 7 a 10 membros. Em termos práticos, quanto maior for o agregado familiar maior é o número de trabalhadores na agricultura. Também se verificou que não houve desenvolvimentos tecnológicos significativos nas actividades agrárias das famílias rurais de Angónia, mas o número de membros das famílias ainda é um factor importante na mão-de-obra disponível (Gráfico 6).

Gráfico 6: Composição do Agregado Familiar



Fonte: Adaptado da tabela 7 em apêndice

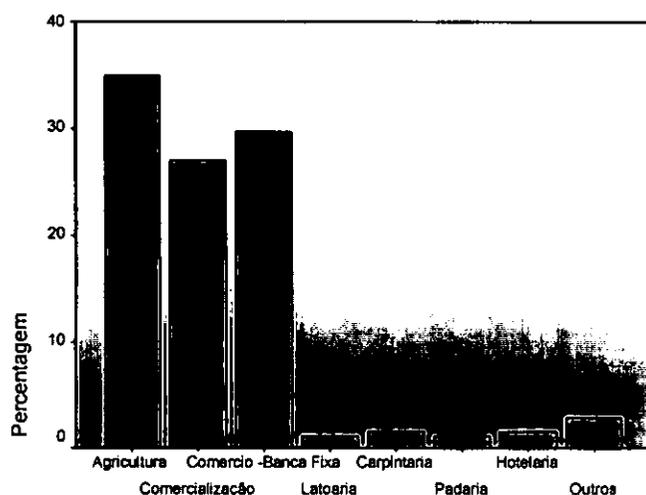
6.6. Constituição da Carteira de Crédito da Cooperativa

A Cooperativa tem uma carteira de crédito diversificada, distribuída principalmente em três áreas fortes: Agricultura (35%), Bancas Fixas (30%) e Comercio (27%). Os restantes 8% distribuem-se por outras áreas de negócio. A agricultura concentra maior parte do crédito, apesar maiores riscos inerentes a sua actividade (Gráfico 7). Isto justifica-se pelo facto da Cooperativa ter uma política de acompanhamento às diversas fases da produção agrícola como forma de minimizar o seu risco.

A título de exemplo, no distrito de Angónia está instalada a empresa *Mozambique Leaf Tobacco* que incentiva os produtores locais a produzirem tabaco. Mesmo assim, é política da Cooperativa não conceder crédito à produção de tabaco, pois esta actividade é de alto risco, bastando uma mudança de temperatura para estragar a colheita. Tal medida deve-se a más experiências no passado e, desde então não concederam mais crédito para a produção deste produto.

Partindo da premissa que a carteira de crédito deve ser diversificada de forma a reduzir o risco, garantindo assim a sua sustentabilidade, a Cooperativa tem a maioria dos seus créditos (57%) virados para o comércio, quer comércio geral (27%) como também o comércio de produtos agrícolas (30%).

Gráfico 7: Composição da carteira de crédito

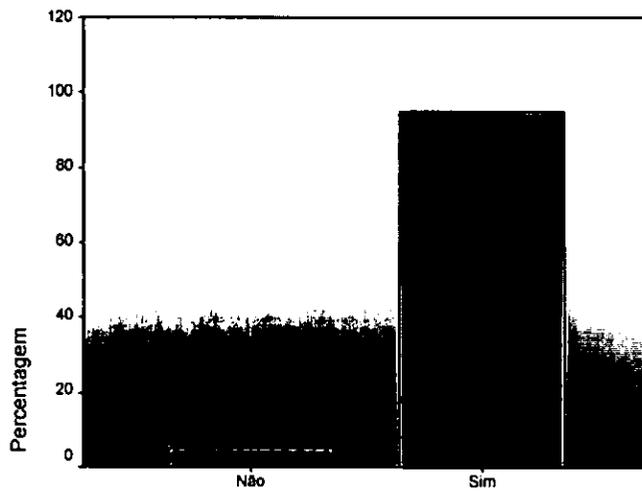


Fonte: Adaptado da tabela 8 em apêndice

6.7. Análise da Evolução da Actividade Económica

Como norma da Cooperativa, para se solicitar crédito o interessado tem que já estar a exercer a sua actividade económica para a qual quer solicitar o empréstimo, pelo que a maior parte dos inquiridos (95%) já realizavam a sua actividade económica, os restantes 5% são funcionários da Cooperativa que após verem como a instituição funciona também solicitaram crédito, para iniciar alguma actividade económica na sua maioria para abrir bancas fixas no mercado local.

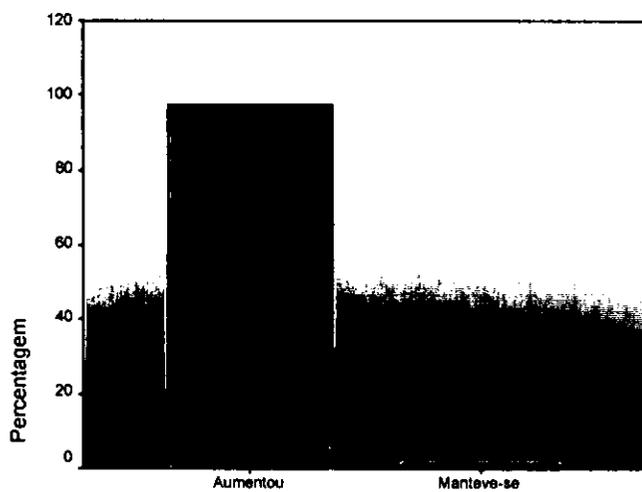
Gráfico 8: Realização de Actividade Económica



Fonte: Adaptado da tabela 9 em apêndice

A maioria dos inquiridos indicou que com o crédito a sua actividade económica aumentou, quer pelo aumento de insumos agrícolas ou pelo aumento de stocks de mercadorias. Como a maioria já tinha uma actividade económica, um maior investimento permitiu-lhes aumentar a capacidade de produção (Gráfico 9).

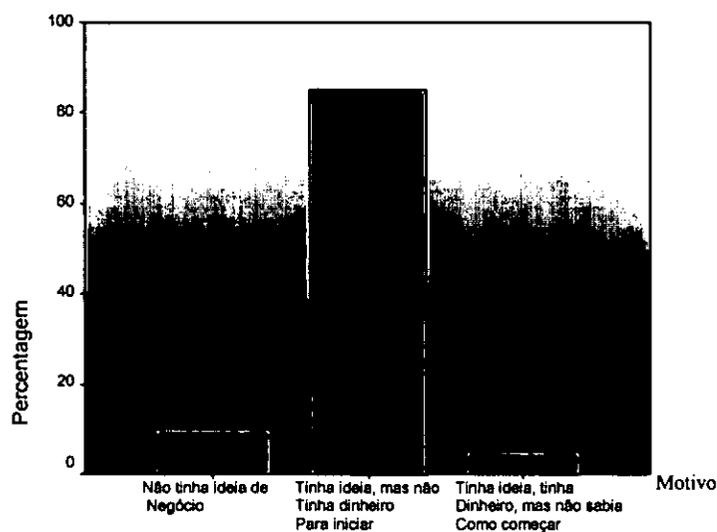
Gráfico 9: Evolução da actividade Económica



Fonte: Adaptado da tabela 10 em apêndice

Uma parte dos mutuários aumentou a sua machamba, outros compraram equipamentos de trabalho para assim terem mais rentabilidade. Por exemplo o Sr. Emanuel Bintom de Chimidziro, em Zamgara, está na Cooperativa há menos de um ano, dedica-se ao cultivo de batata, mas com o dinheiro do empréstimo passou a dedicar-se também a uma nova cultura, a paprika, que produz e exporta com bons resultados.

Gráfico 10: Motivo pelo qual não exerciam actividade económica



Fonte: Adaptado da tabela 11 em apêndice

7. Impacto do Crédito sobre o Nível de Bem-estar do Agregado Familiar

Segundo Vletter (2002), para se poder fazer uma verdadeira análise do impacto dos créditos no bem-estar tem que se ter em consideração os clientes com mais de dois anos, pois só estes é que tem maturidade económica para o efeito. Assim seguindo-se este mesmo princípio só foram analisados os mutuários da Cooperativa que estavam há mais de dois anos.

O estudo foi feito com base nas entrevistas realizadas e também nas observações feitas no local com o objectivo de analisar a evolução do nível de bem-estar dos usuários em resultado dos créditos de que beneficiaram. A falta de informação anterior ao crédito concedido dificultou uma análise comparativa do antes e depois do crédito.

Segundo as declarações dos entrevistados, estes dizem que a sua condição de vida melhorou: **“tive sucesso, consegui construir a minha banca, consigo sustentar os meus pais, o meu lar e mandar as crianças para a escola. A CCMEA mudou a minha vida²⁵”**

Foram encontrados muito poucos agregados familiares que se pudessem considerar significativamente abaixo dos padrões médios, pois na sua maioria tinham casa de blocos queimado²⁶ e condições mínimas de vida porque já conseguiam satisfazer as necessidades básicas da família.

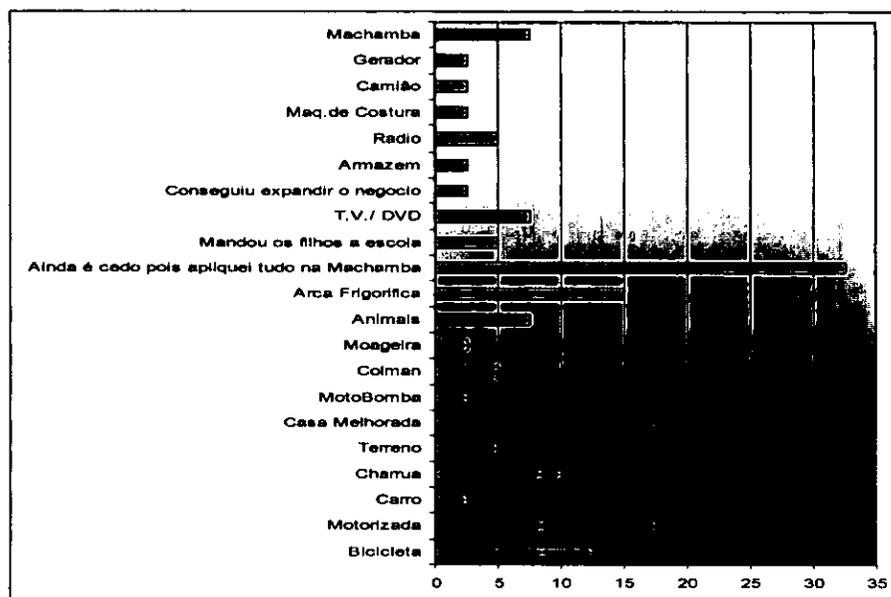
As entrevistas realizadas mostram que com empréstimo obtidos da Cooperativa a maioria dos inquiridos já conseguiu comprar alguns bens, como por exemplo, gerador, rádio, bicicleta, motorizada entre outros para melhorar o bem-estar da sua família (Gráfico 11), com excepção daqueles que estão há menos de dois anos. Estes ainda não tiveram oportunidade de avaliar, mas tem expectativa que a vida vai melhorar.

²⁵ Maria Davidson está na CCMEA há menos de 5 anos.

²⁶ Bloco Queimado consiste em misturar água com matope que depois vai ao forno para queimar tornando-o mais resistente.

Os bens adquiridos divergem dependendo das necessidades de cada um. Muitos optam por meios de locomoção, que lhes permitem poupar tempo e esforço pois as distâncias existentes entre as localidades vizinhas para onde escoam os seus produtos e mesmo para a sua própria machamba são muito grandes.

Gráfico 11: Bens adquiridos com os proveitos dos Empréstimos

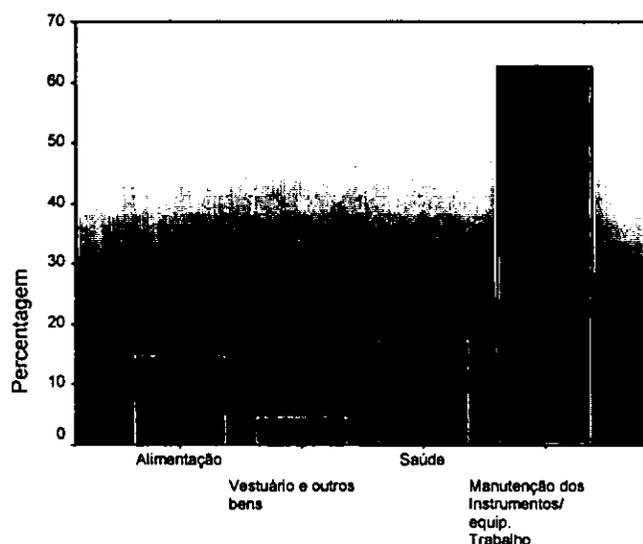


Fonte: Adaptado da tabela 12 em apêndice

A maioria da população que vive no campo não tem muita despesa com a alimentação, pois tudo o que consomem vem da sua própria machamba, à excepção de produtos transformados como o açúcar, petróleo, roupa e calçado. Apenas aqueles que vivem na localidade é que podem ter alguma despesa em alimentação mas mesmo assim todos ou quase todos tem a sua própria machamba. Perante esta realidade, a aquisição de bens, muitas vezes é feita através de uma troca directa de produtos.

As entrevistas realizadas permitem concluir que no vestuário e outros bens caseiros o investimento é reduzido. Na manutenção da casa, os materiais usados provém da própria machamba, não tendo que fazer grandes investimentos. Na Saúde (17.5%) e na aquisição de instrumentos/ equipamento de trabalho (62.5%) é onde se verificam as principais despesas (Gráfico 12).

Gráfico 12: Despesas do Agregado Familiar



Fonte: Adaptado da tabela 13 em apêndice

De forma geral, a esmagadora maioria dos entrevistados achou que tinha melhorado o nível global de bem-estar do seu agregado familiar desde que começou a usufruir dos empréstimos.

A maioria dos mutuários diz que já consegue mandar os filhos à escola e é com grande orgulho que indicam o quanto isso é importante para eles. **“muita coisa melhorou desde que estou na Cooperativa. O meu conhecimento da vida aumentou muito, já viajei, todos os meus filhos vão à escola, tenho um filho a estudar em Tete, já tenho DSTV e assim estou sempre informado”²⁷**

Em relação aos diversos projectos que pretendem realizar, na sua maioria os entrevistados tem ideias claras sobre o seu futuro de forma a aumentar a sua produção ou então a dedicarem-se a áreas de cultivo mais lucrativas, em qualquer dos casos garantindo a segurança alimentar para as suas famílias.

²⁷ Sr. Serra Smith, membro fundador.

8. Conclusões e Recomendações

8.1. Conclusões

Feita a análise da Cooperativa existem diversas ilações que se podem tirar e que em conclusão se passam a enunciar:

A Cooperativa conseguiu implementar um serviço de micro-crédito para os camponeses, que permite a estes terem acesso ao crédito para actividades tanto agrícolas como comerciais, enquanto os instrui, em simultâneo, sobre a gestão de crédito.

Esta instituição apresenta-se como um caso de grande sucesso, visto que mesmo com poucos recursos, a sua estrutura funciona plenamente e a sua taxa de recuperação de créditos é de 100% devido à metodologia da pressão do grupo solidário e da própria instituição que cria formas de os produtores colocarem os seus produtos e assim poderem gerar rendimentos suficientes para amortizar os seus empréstimos junto da Cooperativa.

Verifica-se uma boa relação de confiança entre os mutuários e a Cooperativa eventualmente devido ao facto de todos os funcionários e fundadores da Cooperativa serem oriundos da Província de Tete e, mais concretamente, do Distrito de Angónia.

Devido ao empenho da Cooperativa, a produção dos mais variados produtos agrícolas tem vindo a aumentar significativamente no Distrito de Angónia e Tsangano, de tal modo que os excedentes de produção da batata-reno, alho e feijão tem sido “exportados” para outras províncias do país, tais como Manica, onde estes produtos são vendidos nas grandes superfícies comerciais da zona.²⁸

A maioria dos seus associados já não se encontra abaixo da linha da pobreza absoluta. Apesar de que, embora é um facto que este esteja estipulado por contrato que o propósito do micro crédito é de apoio à actividade económica, é um facto que este desempenha

²⁸ Durante o ano de 2007, o Sr. Smith, mutuário da CCMEA, forneceu toda a sua produção ao *Shoprite* de Chimoio (dados confirmados pela Cooperativa, mas sem indicação das quantidades precisas).

igualmente um papel importante no melhoramento dos padrões de vida dos mutuários. A observação permitiu concluir que, em relação aos mutuários que estão na Cooperativa há mais de dois anos, já se verifica, de uma forma efectiva, uma melhoria nas condições de vida das suas famílias, apesar de não se poder fazer uma comparação com o passado pois não existiam dados disponíveis para análise.

O crédito disponibilizado pela Cooperativa demonstrou ter um maior impacto sobre aqueles tomadores que tem maiores habilidades de negócio básicos mesmo que tenham começado com pequenos empréstimos, desempenhando diversas actividades económicas ao mesmo tempo e com lucro.²⁹

Verifica-se a sustentabilidade da Cooperativa, baseado no seguinte: os seus produtos financeiros são desenhados para satisfazer as necessidades dos seus clientes; a sua actividade guia-se pelos princípios do mercado; os seus recursos humanos são empenhados e são adequados, tem uma forte liderança e boa governação.

8.2. Recomendações

A Cooperativa tem desempenhado as suas actividades de uma forma eficiente e cautelosa, “dando um passo em frente” de cada vez, o que lhe tem garantido a sua sustentabilidade. Para assim continuar é recomendável que alargue a sua actividade, não se limitando apenas a disponibilizar empréstimos mas também a receber depósitos bancários, a partir dos rendimentos gerados pelas actividades dos mutuários.

Com a captação de poupanças a Cooperativa poderia desenvolver outros serviços e actividades, tais como o envio e recebimento de dinheiro, o aumento nos valores dos seus empréstimos e a introdução de serviços de seguros.

²⁹O Sr. Smith Conde tem machamba, vende refrescos e também tem camião onde faz transporte de mercadorias para *Mozambique Leaf Tobacco*.

Os produtos de seguros, são normalmente inacessíveis a população de baixa renda, quer pelo valor exigido ou por falta de conhecimento, mas estes micro seguros respondem a uma necessidade fundamental do público-alvo das IMF. Com a transferência do risco, o seguro é mais uma garantia para a recuperação de créditos, que se for bem gerido e atingir uma escala suficiente é uma potencial fonte de receita. Os serviços de seguro seriam um novo desafio para a Cooperativa que os poderia desenvolver e adaptar como mais um produto financeiro.

É recomendável que a Cooperativa continue a realizar acções de formação: a formação dos funcionários da instituição é uma forma de estes se sentirem comprometidos com a instituição e ao mesmo tempo, actualizarem os seus conhecimentos financeiros, linguagem comercial e normas de procedimento do trabalho.

A falta de escolaridade dos mutuários é um entrave ao desenvolvimento quer da Cooperativa mas também do meio rural. Incentivar ou mesmo exigir aos mutuários que frequentem a alfabetização é uma forma positiva de combater este entrave pois só assim é que estes vão entender melhor o que tantas vezes lhes é explicado nas acções de formação. Ou seja, os beneficiários vão perceber melhor a diferença entre receita e lucro; a importância de se devolver os valores emprestados para se poder pedir novos créditos.

Para se poder fazer uma análise comparativa dos resultados alcançados pela Cooperativa aquando da introdução de novos usuários é recomendável que se faça pequenos questionários sobre as suas condições económicas iniciais, para mais tarde se poder fazer uma comparação mais realista e com dados concretos.

A Cooperativa é taxada como uma sociedade comercial nos termos do Direito Comercial vigente e não como uma instituição de ajuda mútua, quase sem fins lucrativos, o que significa que a sua carga fiscal é mais pesada e aumenta os custos da instituição. E como já foi demonstrado, o seu objectivo principal é o apoio ao desenvolvimento da região, a alteração legislativa teria um impacto positivo na sustentabilidade das IMF's. O Estado

deveria conceder benefícios fiscais a instituições desta natureza nos primeiros anos da sua existência de forma a reduzir os seus custos operacionais.

Por fim, dever-se-ia incentivar a constituição de instituições nacionais deste género em todas as zonas do país com potencial agrícola pois tem-se verificado que projectos como este são viáveis e rentáveis. Este tipo de instituições, diferentemente das outras instituições bancárias de micro crédito, são mais acessíveis à população carente porque são menos formais e facultam crédito em condições mais favoráveis. Apoio efectivo à formação de IMF contribuiria de uma forma significativa para o desenvolvimento rural de Moçambique.

Referências Bibliográficas

Amaral, Carlos (2005): Microfinanças e Produção Sustentável nos Ambientes Costeiro e Marinho no Brasil: Possibilidades e Desafios. Estudo realizado para a agência Costeira. Brasil

Artur, Luís (2003): Desenvolvimento Rural, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal UEM

Athmer G., Bekkers H., Hunguana H. e Murambire B.(2006): O Mercado Microfinanceiro em Maputo, Moçambique: Oferta, Procura e Impacto. Relatório Encomendado por Plataforma dos Países Baixos

Bila, Leila (2007): Microfinanças Agrícolas. Programa de Finanças Rurais, Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural

Gil, A. Carlos (2002): Técnicas de Pesquisa em economia e Elaboração de Monografias. 4ª Edição. São Paulo: Atlas.

Hollis, Aidam & Sweetman (1998): Microcredit: What can we Learn from the Past? World Development Vol. 26, No. 10, pp1875-1891. Elsevier Science Ltd.

Hunguana, Henriqueta (2007): Sustentabilidade Institucional em Microfinanças. In: Curso de Formação em Microfinanças. Maputo –DNPDR.MPD- Setembro

Ledgerwood, Joanna (2002): Sustainable Banking with the POOR-An Institutional and Financial Perspective. 2º Edition. The World Bank, Washington, D.C.

Ministério da Administração Estatal (2005): Perfil do Distrito de Angónia - Província de Tete. Moçambique

Ministério da Planificação e Desenvolvimento (2007): Estratégia de Desenvolvimento Rural. Moçambique

Moçambique (2007): Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano. PNUD

Negrão, José (2006): Cem Anos de Economia da Família Rural Africana 1º Edição. Maputo. Texto Editora.

Nitsch Manfred, Santos A. Carlos (2001): Da Repressão Financeira ao Micro-crédito. Revista da Economia Política, Vol. 21, nº4, Outubro - Dezembro

Teysier Sophie, Boquiço, José (2004): Que crédito para os camponeses de Moçambique? UNAC-IRAM

Teysier Sophie (2007): Desenvolvimento Rural. In: Curso de Formação em Microfinanças. Maputo –DNPDR.MPD- Setembro

Vletter, Fion (2006): O Sector Micro-Financeiro em Moçambique. Realizações, Perspectivas e Desafios. 1º Edição. Maputo. Meda

Vergara, S. Constantino (2000): Projectos e relatórios de projectos de pesquisa em administração. 3º Edição São Paulo, ATLAS

7. Anexos

Anexo 1 Tabelas Estatísticas

Tabela 1: Evolução da população rural e urbana 1959-2025 (em percentagem)

Ano	População Rural	População Urbana
1950	6.3	0.2
1960	7.3	0.3
1970	8.8	0.5
1980	10.5	1.6
1990	10.6	2.8
2000	12.2	5.8
2005	12.1	7.4
2010	12.4	9.5
2015	12.6	11.9
2020	12.5	14
2025	12.4	16.1

Fonte: INE, 2004; UN, 2006

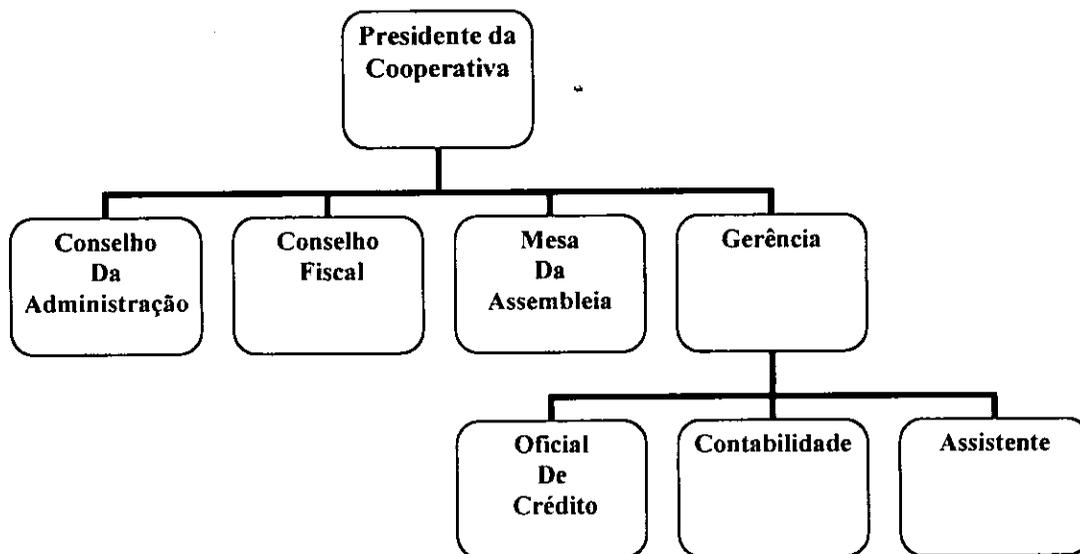
Tabela 2: Trabalhadores Rurais em Actividades Agro-pecuárias por idades, Moçambique 2000-2001

Idades	%
0-9	0
10-19	31
20-29	23
30-39	18
0-49	13
50-59	8
+ 60	7
Total	100

Fonte: INE, 2002

Anexo 2

Figura 1: Organograma da Cooperativa



Fonte: Organograma da CCMEA

Contrato ou Pedido de Empréstimo

O presente Contrato ou pedido é subscrito pelas seguintes partes : CCMEA duma parte; de outra parte o Srº / Srª / Grupo, constituído pelos seguintes membros;

Nome	Nº /cliente	Montante	Assinatura	Data

Nº do Contacto:....., Sua Localização.....

*Área onde existe o negócio _____

* Tipo de negócio _____ Nome
da Comunidade _____ Distrito _____

* Nome ou nº do Grupo _____

* Total dos Membros _____

* Femeninos _____ Masculino _____

* Nº Total de Pedidos _____

* Nº de empréstimo desde que é membro nesta Instituição Financeira (_____):Historial do empréstimo anterior ou últimos três empréstimos, _____

* Data de Pedido _____ / _____ / _____

*Tipo de Crédito(Individual/ Colectivo) _____,mas na responsabilidade colectiva

*Taxa de Juros _____ Taxa valor garantia _____ sobre o valor solicitado

- Accitam os membros do grupo, que o depósito de garantia só e só poderá ser levantado após seu grupo ter pago toda a dívida (capital + juros)

Assinatura dos membros do grupo:

*Tempo /Duração _____ Data-Início/ Reembolso, data _____ de _____ de 200 _____

* Data do último pagamento / Reembolso, data _____ de _____ de 200 _____

PREVISÃO DE LIQUIDACÃO MENSAL DO EMPRÉSTIMO

Nº / Prestações	Data	Quantia/Capital	Juros	Total
1ª				
2ª				
3ª				
4ª				
5ª				
6ª				
Soma-Total - -				

Assinatura Chefe do Grupo _____ Data ____ / ____ / ____

• Parecer do grupo: _____

Assinatura:

Outros Restantes Orgãos Sociais:

Data: ____ de ____ de 20__

O Agente de Crédito _____ Data ____ / ____ / ____

Visto o Conselho/Administração

O Gerente

/ Virgílio Benjamim/
 Contabilista

Data ____ / ____ / ____



C.C.M.E.A

Vila Ulónguè- Angónia
=Tete =

MEMBROS OU ASSOCIADOS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MICRO-EMPRESÁRIOS DE ANGÓNIA PERÍODO DE: 2002 À 31 AGOSTO / 08

- São: 252 (Duzentos e Cinquenta e Dois) Membros.

Dos quais:

- Homens -----> 214 (Duzentos e Catorze)
- Mulheres -----> 38 (Trinta e Oito)

Nomenclatura:

	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Agricultura	82	06	88
Comercialização	48	20	68
Comércio - Bancas Fixas	65	10	75
Indústria - Latoaria	03	0	03
Indústria - Carpintaria	04	0	04
Indústria - Padaria	02	01	03
Indústria - Hoteleira (Restaurante e Salão / Chá)	03	01	04
Outros (Venda de Combust)	07	0	07
Soma - Total	214	38	252

Distritos:

- Angónia

Nº/Agric.	Nº/B. Fixas	Nº/Comerc.	Nº/Lat.	Nº/Carp.	Nº/Pad.	Nº/Rest.S/Chá	Outros	Total
21	52	54	03	03	01	04	04	142

- Tsaugane

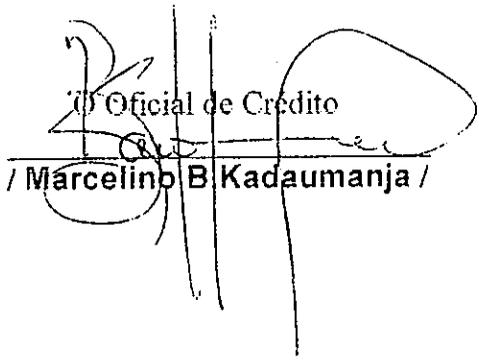
Nº/Agric.	Nº/B. Fixas	Nº/Comerc.	Nº/Lat.	Nº/Carp.	Nº/Pad.	Nº/Rest.S/Chá	Outros	Total
59	09	10	0	01	0	0	03	82

• Chiúta

Nº/Agric.	Nº/B. Fixas	Nº/Comerc.	Nº/Lat.	Nº/Carp.	Nº/Pad.	Nº/Rest.S/Chá	Outros	Total
08	14	04	0	0	02	0	0	28

Ulónguè, aos 16 de Setembro de 2008

Oficial de Crédito


/ Marcelino B. Kadaumanja /

O Presidente / Gerente

/ Virgílio Benjamim /

Anexo 5

Lista de entrevistados e tabelas descritivas adaptadas com base na informação recolhida dos inquéritos realizados no trabalho de campo.

Lista dos entrevistados

Sr. Chivavice Muchagage- Administrador do Distrito de Angónia;

Sr. Virgílio Benjamim Presidente da Cooperativa de Crédito dos Micro Empresários de Angónia.

Lista dos Entrevistados, Associados da Cooperativa:

- | | | |
|-----------------------|-----------------------|---------------------|
| 1. Smith Conde | 15. Jacob Zaqueio | 29. Ana Maria Paulo |
| 2. Marcos Steve | 16. Alexandre Zinézio | 30. Maria Davidson |
| 3. Silvério Simão | 17. Leven Lobiano | 31. Lino Vontade |
| 4. Luciano Eduardo | 18. Medson Mafigo | 32. Serra Smith |
| 5. Horácio Job | 19. Bernardo Diston | 33. Late Souse |
| 6. Lait Lesson | 20. Ancha Someia; | 34. Flore Daude |
| 7. Felizarda Manecas | 21. Narice Neto; | 35. Whaite Modesto |
| 8. Matulino Moisés | 22. Maria Jaquem; | 36. Maria Cumbula |
| 9. Avelino Guidione | 23. Amélia Gonera; | 37. Américo Tom |
| 10. Virgílio Benjamim | 24. Zarecina Jambola; | 38. Vasco Paulo |
| 11. Emanuel Binton | 25. Isabel Armando; | 39. José Siteo |
| 12. Sensa Sensamala | 26. Esmine Cassamo | 40. Pedro Safura |
| 13. Flayday Lingson | 27. João Conde | |
| 14. Numeres Jalmiton | 28. Cristina Joaquim | |

Apêndice 1

Tabelas Descritivas

Tabela 3: Faixa Etária dos inquiridos

Faixa etária	Frequência	%
18-25 anos	3	7.5
26-40 anos	20	50
41-55 anos	12	30
+ 55 anos	5	12.5
Total	40	100

Fonte: Adaptado a partir da informação recolhida dos inquéritos realizados aos mutuários

Tabela 4: Sexo dos inquiridos

Gênero	Frequência	%
Homem	26	65
Mulher	14	35
Total	40	100

Fonte: Adaptado a partir da informação recolhida dos inquéritos realizados aos mutuários

Tabela 5: Estado Civil

	Frequência	%
Solteiro	6	15
Casado	34	85
Total	40	100

Fonte: Adaptado a partir da informação recolhida dos inquéritos realizados aos mutuários

Tabela 6: Nível de Educação

Graus de Ensino	Frequência	%
Alfabetização	7	17.5
Ensino Primário 1º Grau	13	32.5
Ensino Primário 2º Grau	4	10
Ensino Secundário	5	12.5
Geral 1º Ciclo	5	12.5
Nunca foi a Escola	6	15
Total	40	100

Fonte: Adaptado a partir da informação recolhida dos inquéritos realizados aos mutuários

Tabela 7: Composição do Agregado Familiar

Nº de pessoas	Frequência	%
1-3	3	7.5
4-6	10	25
7-10	22	55
+10	5	12.5
Total	40	100

Fonte: Adaptado a partir da informação recolhida dos inquéritos realizados aos mutuários

Tabela 8: Composição da Carteira de Crédito

Por Actividade	Frequência	%
Agricultura	88	34.9
Comercialização	68	27
Comercio - Banca Fixa	75	29.8
Latoaria	3	1.2
Carpintaria	4	1.6
Padaria	3	1.6
Outros	7	2.8
Total	252	100

Fonte: CCMEA

Tabela 9: Realização de Actividade Económica

	Frequência	%
Sim	38	95
Não	2	5
Total	40	100

Fonte: Adaptado a partir da informação recolhida dos inquéritos realizados aos mutuários

Tabela 10: Evolução da Actividade Económica

	Frequência	%
Aumentou	39	97.5
Manteve-se	1	2.5
Total	40	100

Fonte: Adaptado a partir da informação recolhida dos inquéritos realizados aos mutuários

Tabela 11: Motivo pelo qual não exerciam Actividade Económica

	Frequência	%
Não tinha ideia de negócio	4	10
Tinha ideia, mas não tinha dinheiro para iniciar	34	85
Tinha ideia, tinha dinheiro, mas não sabia como começar	2	5
Total	40	100

Fonte: Adaptado a partir da informação recolhida dos inquéritos realizados aos mutuários

Tabela 12: Bens Adquiridos com os proveitos dos Empréstimos

Bens adquiridos	Frequência	%
Bicicleta	5	12.5
Motorizada	7	17.5
Carro	1	2.5
Charrua	4	10
Terreno	2	5
Casa Melhorada	7	17.5
Moto-bomba	1	2.5
Colman	2	5
Moageira	1	2.5
Animais	3	7.5
Arca Frigorífica	6	15
Ainda é cedo pois apliquei tudo na Machamba	13	32.5
Mandou os filhos a escola	2	5
T.V./ DVD	3	7.5
Conseguiu expandir o negócio	1	2.5
Armazém	1	2.5
Rádio	2	5
Maq.de Costura	1	2.5
Camião	1	2.5
Gerador	1	2.5
Machamba	3	7.5

Fonte: Adaptado a partir da informação recolhida dos inquéritos realizados aos mutuários

Tabela 13: Despesas do Agregado Familiar

Tipo de despesa	Frequência	%
Alimentação	6	15
Vestuário e outros bens caseiros	2	7
Saúde	7	17.5
Manutenção dos instrumentos/ equipamento trabalho	25	62.5
Total	40	100

Fonte: Adaptado a partir da informação recolhida dos inquéritos realizados aos mutuários

Apêndice 2: Modelo do questionário

INQUÉRITO SOBRE O IMPACTO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MICRO-EMPRESÁRIOS DE ANGÓNIA NA QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS

1. Nome do inquirido _____ 2. Data _____ 3. Região _____

4. Sexo: M F 5. Nr. do Agregado Familiar _____ 6. Idade _____

7. Estado civil da pessoa entrevistada

1. Solteiro
2. Casado
3. Divorciado
4. Viúvo

8. Estatuto no agregado familiar

1. Chefe de família
2. Esposa
3. Filho
4. Outro (especificar)

9. Nível de escolaridade

1. Ensino Secundário
2. Frequência do ensino Secundário
3. Ensino Primário
4. Frequência do ensino Primário
5. Ensino Básico
6. Frequência do ensino Básico
7. Concluiu a Alfabetização
8. Frequenta a Alfabetização
- 9 Nunca foi à escola

10. Há quanto tempo está no CMMEA

1. Entre 1 a 6 meses
2. Entre 6 meses a 1 ano
3. Entre 1 a 2 anos
4. Entre 2 a 3 anos
5. Entre 3 a 4 anos
6. Mais de 4 anos

11. Em que sector de actividade aplica o dinheiro de CMMEA

1. Pesca
2. Processamento/comércio de pescado
3. Agricultura
 - Compra de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes, insecticidas, enxada, charrua, carroças, etc)
 - Na lavoura
 - Na sementeira
 - Na sacha

Apêndice 3: Questionário ao Presidente da CCMEA

As questões presentes no questionário visam fornecer informação relevante para a elaboração de trabalho de fim de curso, sendo para fins meramente académicos.

1. Qual é a origem da Cooperativa?
2. Como Cooperativa, quando foi criada?
3. Como é que a Cooperativa está estruturada?
4. Quais os serviços que a Cooperativa presta aos mutuários?
5. Quais são as áreas de actuação?
6. Qual é a vossa forma de angariar novos Clientes?
7. Como está desenvolvida a vossa metodologia de Crédito?
8. A Cooperativa é sustentável?
9. O que fazem para garantir essa sustentabilidade?

Apêndice 4: Questionário ao Administrador do Distrito de Angónia

As questões presentes no questionário visam fornecer informação relevante para a elaboração de trabalho de fim de curso, sendo para fins meramente académicos.

1. Os acessos ao distrito têm vindo a aumentar?
2. Quais foram as estradas reabilitadas?
3. Os transportes colectivos existem em numero suficiente? Quantos são?
4. Qual é o meio de locomoção mais usado, e porquê?
5. Qual é a actividade económica mais importante do distrito?
6. Quais são as melhorias gerais que se tem verificado no distrito?